

6. Apêndice: o ativismo antiapartheid no Brasil

“Uma coisa é acabar com a escravidão; outra coisa é acabar com a obra da escravidão”.

Joaquim Nabuco, **O abolicionismo**, 2000, p.36-37

Como adendo do estudo das coalizões mais importantes da rede de ativismo transnacional antiapartheid, nos propomos também a estudar as ações específicas da sociedade civil brasileira contra o apartheid. Nossa tarefa será compreender a forma de inserção da sociedade civil na rede de ativismo transnacional antiapartheid. Nesse sentido, apresentaremos as ações da sociedade civil brasileira para influenciar a posição oficial do Brasil no sentido da condenação ao regime racista sul-africano.

Nosso interesse é entender o lugar que o Brasil e a sociedade civil brasileira ocupam dentro do escopo da rede de ativismo transnacional antiapartheid. Destarte, é relevante considerarmos os nossos vínculos culturais e sociais com a África, a interessante contradição entre a idealização da democracia racial que permeia a formação da identidade nacional brasileira no século XX e a ideologia de separação total das raças, posta em prática pelos africanos na África do Sul. Esse paradoxo ideológico, o qual não se confirma na prática, foi, como veremos, um questionamento central de ativistas e acadêmicos no esforço de vincularem a questão racial no Brasil ao problema do apartheid sul-africano.

O material bibliográfico disponibilizado pelo acervo da Coleção NIREMA da PUC-Rio e pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes (UCAM) foi de extrema ajuda e o acesso às fontes primárias para a análise de uma coalizão brasileira na rede de ativismo transnacional antiapartheid foi viabilizado pelo apoio da ONG ComAfrica, cujos documentos mais relevantes reproduzimos no anexo da dissertação¹. Além dessas fontes,

¹ A reprodução de tais fontes foi devidamente autorizada pelo ComAfrica.

realizamos uma entrevista com uma das fundadoras do ComAfrica, a sul-africana Jennifer Dunjwa Blajberg.

A coalizão da rede de ativismo transnacional antipartheid desenvolvida no Brasil não foi tão sofisticada quanto as verificadas nos EUA e no Reino Unido, por isso a opção por inserir esse tópico como apêndice da dissertação. A estratégia do ativismo antiapartheid no Brasil amadureceu na década de 1980, em um momento favorável à mobilização civil e ao ativismo, devido ao processo de redemocratização que decorria no Brasil, somado ao estágio de plenitude da rede de ativismo transnacional antiapartheid.

O Brasil foi pioneiro no ativismo transnacional antiapartheid no que concerne à temática de boicote esportivo². Em abril de 1959, a equipe de futebol da Portuguesa Santista realizou uma excursão pelo continente africano. A parada na África do Sul estava incluída. Na chegada à Cidade do Cabo, os jogadores negros do time brasileiro foram proibidos de desembarcar do navio em que viajavam e apenas no dia seguinte tiveram permissão para entrar na África do Sul. No dia do jogo contra um time local, os adversários se negaram a enfrentar os brasileiros negros. O presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (JK), ao ser informado do ocorrido, proibiu o time brasileiro de entrar em campo na África do Sul, classificando de inadmissível o episódio e exigindo o retorno imediato dos jogadores e comissão técnica. Dennis Brutus, ativista antiapartheid na África do Sul, foi o responsável de alertar o presidente JK sobre o que ocorria com o time brasileiro. Ele foi um dos fundadores da Associação Esportiva da África do Sul, assim como Nelson Mandela.

O incidente com a Portuguesa é reconhecido pelos sul-africanos como um importante fato no combate ao regime segregacionista, e, como afirmou o ativista antiapartheid Salomon Blajberg, o episódio não está na “nota de rodapé” dos anais da resistência ao apartheid, sendo reconhecido pela historiografia especializada sul-africana (SPORTV, 03 min: 50 seg.). Em 1963, Dennis Brutus foi preso, sendo prisioneiro em Robben Island, junto com Nelson Mandela. Brutus saiu da

² A fonte principal sobre o caso do boicote contra o racismo sul-africano por um time de futebol brasileiro foi o programa de televisão “Especial Sportv Apartheid”, exibido no dia 29/7/2009 no canal Sportv. <http://video.globo.com/Videos/Player/Esportes/0,,GIM1093130-7824-ESPECIAL+SPORTV+APARTHEID+PARTE,00.html>

prisão em 1967, indo para o exílio na Inglaterra. Até seu falecimento, em 2009, foi professor na Universidade de Kwazulu, em Natal, África do Sul.

O caso de racismo contra a Portuguesa Santista teve certa repercussão internacional e a decisão de JK de proibir o jogo foi elogiada na África, na Ásia e no Reino Unido. A partir do caso brasileiro, autoridades esportivas exigiram que a FIFA expulsasse a África do Sul da instituição³. Pela primeira vez o Brasil se posicionou oficialmente contra o apartheid, sendo o primeiro país fora da África a decretar sanções sociais contra a África do Sul. Infelizmente, o posicionamento oficial brasileiro contra o apartheid após esse episódio praticamente inexistiu até meados dos anos 1980, principalmente por conta da ditadura militar que esteve no poder de 1964 a 1985.

A abertura democrática no Brasil ensejou uma participação mais ativa da sociedade civil na vida política nacional. O Brasil objetivou renovar as suas credenciais democráticas no sistema internacional, e, nesse intuito, a preocupação com os direitos humanos foi a tônica do discurso oficial brasileiro.

Nessa conjuntura, o Brasil impôs sanções estratégicas (proibição da exportação de petróleo e derivados; proibição de venda ou fornecimento de equipamentos militares) e sociais (proibição de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo) à África do Sul em 1985⁴ – em um momento de agravamento da violência entre o governo racista e seus opositores - e condecorou o bispo sul-africano Desmond Tutu, símbolo da resistência racial, em 1987⁵ (Bueno; Cervo, 1992, p.448).

O texto do decreto sugere a ação do Brasil consoante com as sanções estratégicas da ONU de 1977 e com as reivindicações da sociedade civil brasileira:

Considerando que o regime do *apartheid* está em contradição flagrante com os princípios de democracia e convivência racial vigentes no Brasil e vem assim merecendo a justa repulsa dos mais diversos setores da sociedade brasileira (...) Tendo em vista a Resolução 418 (1977), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impôs embargo mandatório sobre a venda de armas para a África do

³ A África do Sul foi expulsa da FIFA em 1976 na gestão do brasileiro João Havelange na instituição esportiva.

⁴ O decreto 91.524, assinado pelo presidente Sarney em 9 de agosto de 1985, proibiu a venda de combustíveis, armas e peças de reposição, bem como interditou qualquer tipo de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com a África do Sul (Pereira, 1987, p.45). O anexo 4 reproduz o texto do decreto na íntegra.

⁵ O bispo agradeceu o governo pelas sanções e, simultaneamente, pediu que o Brasil rompesse as relações diplomáticas com a África do Sul (Pereira, 1987, p.45).

Sul, considerando, ainda, as demais resoluções pertinentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular as resoluções nº 473 (1980), 558 (1984), 566 (1985) e 569 (1985) do Conselho de Segurança, que instam os Estados Membros a impor sanções voluntárias à África do Sul, em razão da política de *apartheid* do governo daquele país. Recordando, ainda, que o Brasil vem seguindo uma política de restringir todos os contatos esportivos, culturais e artísticos com a África do Sul (...). (Filho, 2008, p. 343)

De uma forma geral, a luta social brasileira contra o *apartheid* foi muito setorizada. O setor civil que mais se pronunciou sobre as relações do Brasil com a África do Sul foi o movimento negro (Pereira, 1987, p. 45). O ativismo antiapartheid desenvolvido pela sociedade civil brasileira teve força de expressão também no meio acadêmico, com a realização de palestras e conferências que reuniram a *expertise* em África no país e organismos não governamentais atuantes na questão racial. A ação coordenada dos “africanistas” foi potencializada pelo canal institucional da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir do Comitê Especial contra o Apartheid.

Os atos mais consistentes do ativismo antiapartheid foram iniciados na década de 1970. Em março de 1974, pela primeira vez no Brasil foi realizada uma Conferência comemorativa ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial⁶, promovida pelo CEAA. Em 1975, uma missão do Comitê Especial Anti-Apartheid, da ONU, visitou o Brasil e reconheceu a distinção do CEAA por promover o debate sobre a temática racial e, mais especificamente, sobre o *apartheid* e as relações inter-regionais da África Austral (Rosário, 1980, p.2). No dia 21 de março de 1979, uma mesa redonda foi realizada pelo CEAA em parceria com o Centro de Informações da ONU. No ano seguinte, representantes da ONU no Brasil, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o CEAA criaram o Comitê Anti-Apartheid, efetivando um canal informacional antiapartheid da sociedade civil brasileira com a ONU.

Algumas outras ações pontuais da sociedade civil na década de 1970 podem ser destacadas: o sindicato de atores de São Paulo organizou um protesto contra o governo sul-africano devido à prisão de dois atores negros na África do Sul, detidos por exercerem a sua profissão. Em 1977, a Confederação de Velas e Motor proibiu a participação de barcos brasileiros na regata “Cidade do Cabo –

⁶ 21 de março, dia do massacre de Sharpeville, foi decretado oficialmente pela ONU como o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

Rio”. O boicote esportivo da organização civil representou a implementação de sanções civis sociais em represália ao apartheid (Rosário, 1980, p.3).

A primeira tentativa de se estabelecer um comitê de solidariedade aos povos da África do Sul e Namíbia foi realizada por Jennifer Dunjwa Blajberg, acadêmica sul-africana e membro do ANC, e Salomon Blajberg, acadêmico brasileiro, em 1980⁷. Em 1981, em visita a Johnny Makhatini, representante da missão do ANC na ONU em Nova Iorque, Jennifer e Salomon Blajberg delinearam um novo plano de ação para desenvolver o ativismo antiapartheid no Brasil, seguindo as diretrizes do departamento de relações internacionais do ANC. Dessa forma o efeito-bumerangue foi ativado em uma coalizão brasileira da rede de ativismo transnacional.

O objetivo dos ativistas foi propiciar um salto qualitativo no ativismo antiapartheid no Brasil, conciliando o engajamento político com a prática acadêmica. No final da década de 1970, o ativismo antiapartheid no Brasil esteve muito setorizado, despertando, inclusive, iniciativas acadêmicas da Fundação Rockefeller com seu programa de incentivo à pesquisa sobre África no Brasil, o qual contribuiu para o trabalho do CEAA/UCAM (Bordieu; Wacquant, 1999, p.46). O ativismo antiapartheid orientado pelas diretrizes do ANC poderia assumir uma faceta mais combativa e promover a causa entre diversos setores da sociedade civil brasileira e, ao mesmo tempo, estimular uma prática acadêmica independente.

O primeiro ato desse plano de ação foi a criação de uma entidade voltada para os estudos, pesquisa e serviços no campo das RI, o Institutos Unificados de Relações Internacionais (IURI), o qual abrigou um novo centro de pesquisa para estudos africanos, o Instituto de Estudos Africanos (INEAFRIC), para promover e disseminar informações sobre a luta antiapartheid na África do Sul e Namíbia. O IURI/INEAFRIC cooperou com o Centro de Informações da ONU no Rio de Janeiro (UNIC), estabeleceu contatos com as representações do ANC em Bonn, Lusaka e Luanda, com o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia e Comissão Especial contra o Apartheid. Um espectro crescente de organizações antiapartheid no Brasil iniciou contato com o IURI/INEAFRIC, especialmente organizações do movimento negro.

⁷ Ambos são Doutores em Filosofia (PhD) pela Universidade de Viena, Áustria.

A principal temática abordada nos estudos do IURI/INEAFRIC foi o racismo no Brasil e na África do Sul. Os estudos sistematicamente denunciaram que o preconceito racial no Brasil assume uma forma velada. A ideologia do embranquecimento, que foi política de Estado no Brasil no século XIX e início do século XX, e usualmente se manifesta nas práticas sociais da elite brasileira, demonstra o racismo velado internalizado na cultura política brasileira. A ideia da democracia racial, difundida após a obra de Gilberto Freyre escrita em 1936, “Casa-Grande & Senzala”⁸, transformou-se em um mito apropriado pela elite política brasileira com o intuito de disfarçar a ocorrência do racismo no Brasil. Em sociedades que desenvolveram políticas segregacionistas, a raça segregada adquiriu denominações específicas, como o “*non-white*” na África do Sul. No Brasil, a ideologia do embranquecimento assumiu a raça inferiorizada como brancos em potencial, os quais seriam tolerados por uma elite orientada pela consciência europeia de ‘Primeiro Mundo’.

A possibilidade de ascensão social dos negros e mulatos, isto é, o ‘embranquecimento social’, por muito tempo minou a viabilidade da organização social de movimentos negros, visto que os negros e mulatos mais aptos a liderança eram cooptados pela elite⁹, o que difundia o mito da democracia racial como um diferencial do Brasil perante o mundo. A geração de pensadores posterior a Freyre revisou a noção de democracia racial, liderada por Octávio Ianni e Florestan Fernandes (Viotti da Costa, 1979, p.228). A ditadura militar censurou o trabalho desses estudiosos e a ideia de democracia racial continuou sendo difundida pelos políticos brasileiros, a despeito da nova posição da comunidade acadêmica, rotulada de subversiva pelo regime militar.

A construção dos projetos nacionais hegemônicos no Brasil e na África do Sul da Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1980 remete a fundamentações ideológicas que, aparentemente, são diametralmente opostas. O

⁸ Para Freyre, a miscigenação é fator essencial para explicar o sucesso do colonizador português em sua empresa nos trópicos e a consequente construção da civilização brasileira. Agradeço a colaboração do colega Luiz Feldman. Segundo Feldman, especialista em Gilberto Freyre e mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, Freyre não utilizou o termo democracia racial na sua clássica obra “Casa-Grande & Senzala”. Posteriormente, Freyre veio a proferir explicações sobre o conceito, como em palestras nos EUA em 1975 publicadas sob o título “Interpretações do Brasil” (Costa, 1979, p. 227).

⁹ Um caso emblemático é o de Machado de Assis, principal escritor brasileiro, que, aceito no círculo social da elite, rechaçava qualquer menção à sua raça como mulato (Viotti da Costa, 1979, p. 236). O caso de Machado foi o protótipo da política de branqueamento praticada no Brasil.

senso comum nos levaria a assinalar o contraste entre a democracia racial e a ideologia do apartheid. O Brasil, país da miscigenação de negros, brancos e índios, nação que se distingue pela capacidade do povo se misturar; a África do Sul, país do apartheid, o violento Estado segregacionista fundado na ideologia de separação total das diferentes raças. Evidentemente tal noção é enviesada, e essa foi a principal denúncia dos estudos raciais do IURI/INEAFRIC.

A distância entre ideologia e realidade revela-se ao constataremos a acentuada desigualdade social entre as raças na sociedade brasileira e os pífios índices de inclusão social dos negros. Os termos da suposta democracia racial sobrepujam a política de branqueamento, uma forma de incorporação das “minorias” raciais dentro da concepção política das instituições brasileiras, fundadas com base no modelo político ocidental. O racismo velado no Brasil tem uma razão antropofágica, enquanto a repressão racial sem disfarces do apartheid segue a via da separação da alteridade racial (Moutinho, 2004, p.88). O apartheid objetivou a desnacionalização e o ‘desenvolvimento separado’ dos negros, indianos e mestiços¹⁰.

Em 22 de agosto de 1981, Dia da Namíbia, o IURI, o Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Centro de Informação das Nações Unidas realizaram amplo debate sobre a importância da independência da Namíbia para a paz no Atlântico Sul.

Além dos estudos sobre o racismo, o IURI/INEAFRIC iniciou atividades de mobilização popular contra o apartheid. Em 1983 foi organizado um protesto contra o racismo, no centro do Rio de Janeiro, o qual terminou em frente ao escritório da empresa aérea *South African Airways*.

Em novembro de 1984, o IURI/INEAFRIC foi requisitado pelo ANC para receber o grupo cultural Amandla, do ANC, no Festival de Artes Negras a ser realizado no Rio de Janeiro. A delegação do ANC foi recebida pelo IURI, participou de uma sessão na Câmara Municipal, organizou uma conferência e promoveu contatos extensivos com o movimento negro e outras organizações civis.

¹⁰ O estudo comparativo entre as ideologias raciais de Brasil e África do Sul é muito relevante e, particularmente, de nosso interesse. Infelizmente, não dedicaremos maior espaço a esse debate nessa dissertação, deixando a sugestão para o desenvolvimento de mais pesquisas sobre a temática.

O apoio da ONU às atividades do CEAA, com a criação do Comitê Anti-Apartheid, as ações de setores da sociedade civil (especialmente nos campos cultural e esportivo), a articulação do movimento negro e as iniciativas do IURI/INEAFRIC, compatibilizadas às demandas do ANC, potencializaram as sanções estratégicas e sociais promovidas, em 1985, pelo governo Sarney. O texto do decreto reconheceu a importância das ações antiapartheid dos setores civis, conforme fragmento previamente reproduzido do decreto 91.524 de 9 de agosto de 1985, e cujo texto completo encontra-se no anexo da dissertação.

Após o êxito da estratégia inicial, qual seja, a prática acadêmica comprometida com a causa antiapartheid, e a execução das sanções estratégicas e sociais e pelo governo de José Sarney, em 1985, o ambiente político brasileiro tornou-se favorável para que o ativismo antiapartheid se institucionalizasse por meio da criação de uma ONG atuante exclusivamente na temática. Como resultado de uma série de conferências realizadas pelo IURI/INEAFRIC, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia, o ComAfrica, foi fundado em 22 de agosto de 1985, sob as premissas dos institutos e sem vínculos com partidos políticos brasileiros.

O ComAfrica foi criado na esteira da sofisticação da rede de ativismo transnacional antiapartheid na década de 1980 e da abertura política no Brasil, que propiciou novas possibilidades de mobilização civil. A ONG se propôs a pressionar o governo brasileiro na elaboração de uma política externa contrária ao regime segregacionista sul-africano, ativando o funcionamento do efeito-bumerangue.

O ComAfrica tinha por finalidade:

O trabalho pacífico e, conforme as leis do país, de solidariedade, com os povos da África do Sul e Namíbia, no sentido de mobilizar a opinião pública nacional, propondo ao governo brasileiro medidas de apoio aqueles povos oprimidos e, contra o governo colonialista e aparteísta da África do Sul, reconhecendo os movimentos de libertação nacional¹¹.

As exigências pontuais do ComAfrica para o governo brasileiro eram: o rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul; sanções mais

¹¹ Estatuto do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia, cap. I Art. 2º, RCPJ, Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.comafrica.org.br/> acessado em 16 de maio de 2010.

abrangentes do que as impostas em 1985, incluindo sanções econômicas; e o reconhecimento do ANC e do SWAPO como sujeitos de DIP e representantes legítimos dos povos da África do Sul e da Namíbia¹². As estratégias para pressionar o governo brasileiro em relação ao apartheid eram fundamentalmente informacionais, seja por meio da sociedade civil, seja, em termos gramscianos, por meio da sociedade política, isto é angariando apoio de representantes dos governos municipais, estaduais e federal. O ComAfrica conseguiu o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que reconheceu legitimidade da causa antiapartheid e reforçou as exigências da ONG perante o governo federal¹³.

O ComAfrica conciliou o ativismo político com o esforço de informar a sociedade brasileira sobre a situação sul-africana e de incentivar o ativismo antiapartheid pela sociedade civil brasileira. As ações antiapartheid organizadas pelo ComAfrica eram estrategicamente elaboradas para as demandas do movimento terem publicidade – passeatas, conferências, protestos – e, a partir dessa notoriedade, a ONG poderia exigir, com maior legitimidade e capital político, a ação do governo brasileiro contra o regime segregacionista sul-africano.

Por outro lado, a estratégia de resistência do movimento negro no Brasil fundamentava-se, essencialmente, na crítica à questão racial e à forma como ela era abordada oficialmente no país. O ComAfrica sempre enfatizou o caráter não racial de sua proposta, tal como dita a *Freedom Charter* do ANC, e, nesse sentido, a relevante aproximação da ONG com o movimento negro brasileiro na configuração do ativismo antiapartheid no Brasil exigiu uma adaptação estratégica.

Jennifer Blajberg ressalta que, enquanto no Brasil os negros clamavam por políticas raciais, como as políticas de cotas raciais desenvolvidas nos EUA, o ComAfrica enfatizou a necessidade da sociedade brasileira ser solidária à construção de uma África do Sul democrática e não-racial, e, para isso, o discurso fundamentado na questão racial não poderia orientar o ativismo antiapartheid no

¹² O ComAfrica enviou um telex para o presidente da República, José Sarney, elogiando as sanções econômicas e explicitando as demandas do movimento antiapartheid perante o governo brasileiro. O telex encontra-se reproduzido no anexo 5 dessa dissertação.

¹³ Reproduzimos no anexo 6 da dissertação a moção da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

país (entrevista concedida por Jennifer Blajberg no dia 23/04/2010). A denúncia dos crimes cometidos pela política segregacionista do Partido Nacional deveria ser fundamentada na questão dos direitos humanos básicos, independente da cor e da etnia. Essa postura exegética do ANC, consagrada na *Freedom Charter* e respeitada pelo ComAfrica, objetivou a recusa da ideia de que um governo de maioria negra na África do Sul dedicar-se-ia a uma política de perseguição aos africanos. A posição crítica da ativista e acadêmica sul-africana já havia sido divulgada em entrevista ao jornal “Tribuna da Imprensa”, publicada no dia 17 de agosto de 1982¹⁴, na qual ela afirmou:

O movimento negro africano não é igual ao brasileiro, que ainda não suplantou a fase de culto à negritude. Anti-apartheid significa a luta contra o exclusivismo cultural. Queremos direitos iguais aos dos brancos e não a separação deles.

O ComAfrica procurou alargar seus contatos com a sociedade civil sul-africana, utilizando o canal informacional da ONU. A ONG manteve sempre relações estreitas com o ANC e a SWAPO e com órgãos das Nações Unidas que se ocupam de atividades antiapartheid. O ComAfrica lançou uma campanha para reconhecimento do ANC e da SWAPO pelo governo brasileiro e obteve apoio da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro e da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. O resultado desse concerto político foi o anúncio da condecoração de Nelson Mandela como Cidadão Benemérito do estado e Honorário do município do Rio de Janeiro.

O ComAfrica recebeu a delegação do ANC que recebeu os títulos em nome de Mandela, composta pelos senhores Seretse Choabi e Sidney Molify (Blajberg, 1994, p.6). O resultado da visita foi o diálogo do ANC com importantes instâncias da política nacional, como o departamento de África no Ministério de Relações Exteriores. O Deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, acenou com a possibilidade do ANC abrir um escritório no Brasil. O jornal “Correio Braziliense” de 20 de outubro de 1985 publicou uma entrevista com os membros da delegação do ANC, Choabi e Molify, na qual os ativistas elogiaram as sanções governamentais brasileiras estratégicas e sociais decretadas por Sarney, mas as consideraram insuficientes, e convocaram a sociedade civil brasileira a aderirem ao ativismo antiapartheid.

¹⁴ Acervo do ComAfrica.

Em 1987, o ComAfrica foi designado pelo Secretário-Geral da ONU como ‘Mensageiro da Paz’ em virtude de suas atividades antiapartheid. A designação legitimou a ONG como promotora do ativismo antiapartheid no Brasil e representante da coalizão brasileira na rede de ativismo transnacional antiapartheid.

Além do ComAfrica, a ação antiapartheid no Brasil se disseminou entre outros movimentos sociais na década. Em fevereiro de 1987, foi entregue ao Ministério das Relações Exteriores um manifesto, de iniciativa da Frente Nacional Anti-Apartheid, com a assinatura de 310 deputados e 45 senadores, exigindo o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul (Pereira, 1987, p.45).

Outra ONG que se dedicou ao ativismo antiapartheid foi o Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (INESC). Seu líder, Klaas de Jonge, membro do movimento antiapartheid holandês (AABN), viveu dois anos como refugiado político na embaixada holandesa em Pretória, de 1985 a 1987, depois de escapar da polícia africânder. Depois, fixou-se no Brasil, lecionando na Universidade de Brasília (UnB). O INESC procurou legitimar o ANC, elaborando estudos voltados para a questão sul-africana¹⁵.

De uma forma geral, mesmo com o recrudescimento da mobilização popular, na década de 1980 ainda eram escassos os mecanismos formais da sociedade civil para influenciar na elaboração e execução da PEB e para acompanhá-la. A democratização dos canais de participação política era uma das principais demandas de movimentos sociais. Um dos resultados indiretos desta luta pela formulação de uma política externa mais acessível à sociedade civil foi a consagração do repúdio ao racismo entre os princípios fundamentais que regem as relações internacionais do país na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.

Após a promulgação da nova carta constituinte, o ComAfrica cobrou uma proposta de política externa antiapartheid dos candidatos à presidência das eleições brasileiras de 1989, Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, e, paralelamente, emitiu um comunicado à mídia sobre as cartas enviadas

¹⁵ O anexo 7 apresenta as cartas de Klaas de Jonge a Thabo Mbeki e Nelson Mandela, nas quais enfatiza o apoio do INESC para a legitimação do ANC no Brasil.

aos candidatos¹⁶. O Jornal “Última Hora” de 1º de dezembro de 1989 veiculou reportagem informando que o candidato Lula, se eleito, romperia relações diplomáticas com a África do Sul. O candidato Fernando Collor não se pronunciou sobre o assunto.

No plano da sociedade civil, o ComAfrica aderiu ao boicote cultural ao apartheid convocado pelo ANC em 1989¹⁷ e promovido com campanha internacional liderada pelo bispo Desmond Tutu. A ONG promoveu a sanção social via ação direta, conscientizando artistas brasileiros. O caso da cantora Joanna, que se apresentou na África do Sul, foi emblemático: o ComAfrica denunciou a artista ao Centro contra o Apartheid da ONU. O Centro incentivava governos e sociedades civis a aderirem ao boicote cultural à África do Sul e havia criado uma lista para denunciar artistas que ignorassem o boicote. A cantora brasileira foi incluída na lista do Centro Contra o Apartheid e o bispo Desmond Tutu foi notificado do caso pelo ComAfrica¹⁸.

O ativismo antiapartheid do ComAfrica apoiou outros movimentos sociais sul-africanos. O ComAfrica ofereceu estadia a membros do *Theology Exchange Programme* (TEP) e sua agência, o *Centre for South-South Relations* (CSSR), em viagem ao Brasil em 1989¹⁹, ano que F.W. de Klerk assumiu o poder na África do Sul e iniciou o desmantelamento do Estado segregacionista.

Em virtude da libertação de Nelson Mandela, em 2 de fevereiro de 1990, diversos países se organizaram para receber o ex-prisioneiro. A pedido do Comitê Internacional de Recepção a Nelson Mandela, o ComAfrica convocou e organizou o Comitê de Recepção Nacional a Nelson Mandela. A edição do jornal “O País” de 2 de agosto de 1991 publicou uma matéria sobre a visita de Mandela, anunciando que o líder sul-africano pediu apoio político e econômico a governantes e empresários brasileiros para chegar ao poder e iniciar a reconstrução da África do Sul. Nenhum compromisso foi firmado.

O ComAfrica participou como convidado de honra da cerimônia de Independência da Namíbia em 21 de março de 1990. A ONG manteve-se em

¹⁶ As correspondências enviadas aos candidatos e o comunicado aberto à mídia encontram-se no anexo 8 dessa dissertação.

¹⁷ No anexo 9, reproduzimos o *paper* do ANC convocando todas as coalizões da rede de ativismo transnacional antiapartheid para boicotar o apartheid.

¹⁸ A carta do ComAfrica para Desmond Tutu encontra-se no anexo 10.

¹⁹ O agradecimento do TEP a Salomon e Jennifer Blajberg pode ser visualizado no anexo 11.

contato com a SWAPO, como demonstra uma carta de apoio em 1989, quando a questão da Namíbia começava a ser solucionada²⁰.

Em 1991, a Conferência Internacional da ANC foi realizada em Durban, África do Sul, e o ComAfrica foi convidado como forma de agradecimento pelo Comitê de Recepção ao principal líder sul-africano. O representante da delegação do ComAfrica, Abdias do Nascimento, discursou na Conferência, explicando o ativismo antiapartheid desenvolvido pelo ComAfrica no Brasil²¹. No decorrer da Conferência, ocorreu um breve encontro histórico da delegação do ComAfrica com Nelson Mandela, além de reuniões com outros proeminentes líderes sul-africanos, como Oliver Tambo e Thabo Mbeki.

A participação do ComAfrica em eventos históricos para os povos da África do Sul e da Namíbia certifica o esforço da ONG funcionar como ‘ponta-de-lança’ da rede de ativismo transnacional antiapartheid no Brasil, assumindo as demandas dos movimentos exilados sul-africanos, tal como o instrumental teórico de Keck e Sikkink prescreve.

O reconhecimento governamental às atividades da ONG não tardou. Em 1994 o ComAfrica, após consultas com o ANC, enviou um observador na primeira missão comercial brasileira para a África do Sul. A possibilidade simbolizou o reconhecimento, pelo governo brasileiro, da relevância das atividades da ONG para a aproximação entre as sociedades brasileira e sul-africana.

A ONG pressionou o governo em suas esferas federal, estadual e municipal para angariar apoio à causa antiapartheid, e organizou diversos atos públicos para conscientizar a sociedade civil brasileira. A cooperação cultural e acadêmica foi uma característica marcante da relação entre o ANC e o ComAfrica, como verificou-se na concessão de bolsa de estudos no Brasil para ativistas do ANC²². O reconhecimento do ComAfrica não veio apenas do governo brasileiro e dos movimentos antiapartheid, mas também do governo inimigo. O consulado da África do Sul no Rio de Janeiro enviou uma carta para o ComAfrica explicitando

²⁰ O anexo 12 reproduz a carta do ComAfrica para a SWAPO, em 1989.

²¹ Ver discurso na íntegra, no anexo 13.

²² No anexo 14 desta dissertação reproduzimos uma carta do ANC agradecendo a concessão de uma bolsa de estudos do IURI para uma ativista antiapartheid sul-africano.

as reformas do governo F. de Klerk como forma de prestação de contas ao ativismo antiapartheid desenvolvido pelos membros da ONG²³.

Em nossa perspectiva teórica, o encontro dos representantes do ComAfrica com o representante da ANC, Johnny Makhatini, representa a articulação do efeito-bumerangue; e o reconhecimento das atividades do ComAfrica pela ONU e pelo ANC²⁴ simboliza a articulação de uma coalizão da rede de ativismo transnacional antiapartheid no Brasil, mesmo com suas diversas limitações de recursos, de alcance popular e de apoio político.

O IURI/INEAFRIC e o ComAfrica são as únicas organizações apontadas pelo *Nelson Mandela Centre of Memory and Dialogue* no ativismo antiapartheid no Brasil, que conta com contribuições da UNESCO e exibe sua documentação na internet, no site www.nelsonmandela.org²⁵. As atividades dessas organizações propiciaram um salto qualitativo do ativismo antiapartheid no Brasil na década de 1980, justamente por elas se alinharem à rede de ativismo transnacional antiapartheid e serem líderes da coalizão brasileira nesse arranjo. Essas organizações dedicaram-se ao ativismo antiapartheid, pressionando de forma árdua e constante para uma resposta mais incisiva do Brasil contra o governo segregacionista sul-africano e promovendo o trabalho de conscientização social e mobilização da opinião pública, inclusive com sanções sociais via ação direta na adesão ao boicote cultural ao apartheid. A reprodução de parte do acervo que pesquisamos do ComAfrica é uma oportunidade de divulgarmos no meio acadêmico a atuação da ONG para a conscientização da sociedade civil brasileira em relação ao apartheid.

A combinação de uma estrutura doméstica fechada em um país com estruturas abertas em outros países e organizações internacionais é o que ativa o efeito-bumerangue nas redes (Keck; Sikkink, 1998, p.202). Em um ambiente de patrulhamento ideológico, censura e perseguição aos opositores, o ativismo civil brasileiro foi reprimido e rotulado como atividade subversiva pelo regime militar.

A ‘diplomacia da libertação’ desenvolvida pelos movimentos exilados sul-africanos foi mais atuante nos países democráticos nos quais as sociedades civis

²³ O telex do côsul da África do sul para Salomon Blajberg está reproduzido no anexo 15.

²⁴ No anexo 16 desta dissertação reproduzimos a carta do ANC agradecendo o ativismo antiapartheid do ComAfrica.

²⁵ <http://www.nelsonmandela.org/index.php/aama/country/category/brazil/> acessado em 07 de maio de 2010.

gozavam de um canal de participação política institucionalizado e poderiam ativar o efeito-bumerangue. Além disso, uma sociedade civil reprimida por um governo militar está menos apta a assumir demandas de outras sociedades civis. O convencional nesse caso é que a sociedade civil cujos direitos estão sendo violados busque aliados de outras sociedades civis, para que estas possam inserir em seus governos a demanda daquela sociedade civil reprimida. O governo militar instalado em 1964 no Brasil coibia os direitos políticos e a capacidade de mobilização civil dos brasileiros.

O quadro político na década de 1980 foi infinitamente mais favorável para o ativismo antiapartheid no Brasil. A resistência sul-africana se expandiu após as reformas periféricas de Botha na África do Sul e a rede de ativismo transnacional antiapartheid expandiu suas atividades significativamente. O estado de emergência decretado no país teve forte repercussão internacional e diversas sociedades civis pressionavam seus governos para que sancionassem o regime segregacionista.

O processo de abertura política no Brasil capacitou uma articulação de movimentos antiapartheid que reivindicavam maior participação na formulação da política externa. A pressão crescente dos movimentos antiapartheid não foi o único fator para que o Brasil decretasse as sanções, mas sua relevância não pode ser descartada, sendo, inclusive, reconhecida no texto do decreto 91524 de 1985. O interesse político do governo em se redimir dos erros do recente passado ditatorial, na verdade, delineou uma compatibilidade de interesses entre sociedade política e sociedade civil: o Estado buscou na representatividade civil os seus fundamentos de legitimidade doméstica e internacional; e a sociedade civil reconheceu no Estado a possibilidade de expressar suas demandas sociopolíticas.

7.Referências Bibliográficas

- ADELMAN, Sammy. The Politics of research on sanctions against South Africa. **Canadian Journal of African Studies**, v. 27, n. 1, p. 89-94, 1993
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Partidos políticos e política externa” in **Política e Estratégia**, v.4, n.3, p.436
- ANHEIER, H.; GLASIUS, N.; KALDOR, M. (eds). *Global Civil Society*, 2004/05. London: Sage Publications, 2004.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Political imprisonment in South Africa**. London, 1978, 108 p.
- ASMAL, K., Making Hope and History Rhyme. In **The Anti-Apartheid Movement: a 40-year perspective** (London: AAM Archives Committee, 2000) p. 71-82.
- BAKER, Pauline H. **The United States and South Africa: The Reagan years**. Ford Foundation and Foreign Policy Association, New York: Ford Foundation-Foreign Policy Association, 1989, 158 p.
- _____. The United States and South Africa: Persuasion and Coercion. In: HAASS, Richard N. (Ed.). **Honey and Vinegar: Incentives, Sanctions, and Foreign Policy**, Washington, D.C: The Brookings Institution, 2000.
- BALDWIN, Lewis V. **Toward the Beloved Community: Martin Luther king Jr. and South Africa**. Cleveland: The Pilgrim Press, 1995, 185 p.
- BARBER, J., **The Uneasy Relationship**, London: Heinemann Educational Books for the Royal Institute of International Affairs, 1983. 142 p.
- BAYLIS, John; SMITH, Steve (eds). *The Globalization of World Politics: An introduction to International Relations*. Oxford: Oxford university Press, 1997, 526 p.
- BECK, Roger B. **The history of South Africa**. Westport, Conn. and London: Greenwood Press, 2000. 248 p.
- BENDER, Gerald; SKLAR, Richard; COLEMAN, James. **African Crisis Areas and US Policy**. Berkeley: University of California Press.
- BISSEL, Richard E. How Strategic is South Africa? In Bissel and Crocker, **South Africa into the 1980s**, Westview Special Studies on Africa, Westview Press, Boulder, 1980, p. 209-32. .
- BLACK, David. “Not Cricket”: The Effects and Effectiveness of the Sport Boycott. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999b, p.213-231
- _____. The long and winding road: international norms and domestic political change in South Africa. In: RISSE, Thomas; SIKKINK, Kathryn; ROPP, Stephen C. (eds.). **The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change**. London: Cambridge University Press, 1999a, 317 p, cap.3, p.78-108.
- BLAJBERG, Jennifer D. Entrevistador: P. Saturnino Braga. Rio de Janeiro: ComAfrica-RJ, 2010. Um arquivo mp3 (60 minutos)

BLAJBERG Salomon, As idiosincrasias raciais brasileiras na formulação das políticas públicas em vista da eliminação do apartheid formal na África do Sul - um ensaio sobre nossa auto-imagem como brasileiros e brasileiras e a nossa imagem no exterior. **Seminário: Estratégias e Políticas de combates à Práticas Discriminatórias : Brasil, Estados Unidos, África do Sul, França, Alemanha e Cuba**" promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Estudo Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB) - Instituto de Psicologia da USP. São Paulo-SP, 22-25/11/95.

BOLI, John; THOMAS, John (eds). **Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations since 1875**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. On the Cunning of Imperialist Reason, in **Theory, Culture & Society**, 1999, SAGE: London, Thousand Oaks and New Delhi Vol. 16(1) p. 41-58

BRONWEN, Manby. South Africa: The Impact of Sanctions. **Journal of International Affairs**, Summer 1992, 46(1), p. 193-211.

BULLIER, Antoine-Jean. **Geopolitiques de l'apartheid: strategie ethnique de Pretoria**. Paris: PUF, 1982, 175 p.

BUTHELEZI, Sipho. **The Black Peoples Convention (BPC), South Africa: historical background and basic documents**, 1978, 32 p.

CASTEL, A. El Apartheid como factor desestabilizador en africa austral. **SURAFRICA**. Madrid: Iepala, 1986.

CARSON, Clayborne; SHEPARD, Kris. **Os melhores discursos de Martin Luther King**. São Paulo: Ed. Jorge Zahar, 2006, 184p.

CERVENKA, Zdenek. **The Unfinished Quest for Unity: Africa and the OAU** by London, Julian Friedmann Publishers; New York, Holmes and Meier; 1977, 251 p.

CERVO, Amado. BUENO, Clodoaldo; **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília, Editora UNB, 3ª ed., 2008, 560 p.

CERVO, Amado L. **Inserção Internacional: A formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, , 2008, 297 p.

CLARIZIO, Lynda; CLEMENTS, Bradley; GEETTER Erika. United States Policy toward South Africa. **Human Rights Quarterly**. The Johns Hopkins University Press, vol. 11, n. 2, 1989, p. 249-294.

COCHRANE, James R. & KLEIN, Bastienne. **Sameness and difference: problems and potential in south african civil society**. Washington: The Council for Research in Values and Philosophy, 2000, 331 p.

COETZEE, J.M. The mind of Apartheid: Geoffrey Cronjé – 1902. **Social Dynamics**, n.1, 1991, p. 1-35.

COKER, Christopher. The United States and South Africa, 1968-1985: Constructive Engagement and Its Critics. **International Affairs**, Durham, NC: Duke University Press, Vol. 63, No. 4, 1987.

COLÁS, Alejandro. Putting Cosmopolitanism into Practice: the Case of Socialist Internationalism. In: **Millennium**, v.23, n.3, p.513-34, 1994.

COSTA Emilia Viotti da. **Interpretações do Brasil**, 1979, p. 227.

COX, Robert W. Civil Society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. In: **Review of International Studies**, v.25, p.3-28, 1999.

CRAWFORD, Neta; KLOTZ, Audie. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999, 292p.

_____. How Sanctions Work: A Framework for Analysis. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999, p.25-42

CRAWFORD, Neta C. How Arms Embargo Work. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999, p.45-74

_____. Oil Sanctions Against Apartheid. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999, p.103-126

_____. Trump Card or Theater? An introduction to two sanctions debates. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999, p. 3-24

CROCKER, Chester. South Africa: Strategy for Change. **Foreign Affairs**, 59, winter 1980/81, p. 323-51.

DAVIES, J.E. **Constructive Engagement?** Chester Crocker & American Policy in South Africa, Namibia & Angola. Ohio University Press: Paperback, 2007, 256 p

DEBRIX, François; WEBER, Cynthia. **Rituals of Meditation: International Politics and Social Meaning**. London: University of Minnesota Press, 2003, 194p.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Conclusion: "Globalization", Complex Internationalism, and Transnational Contention. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). **Transnational Protest and Global Activism**. Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005, p. 227-246.

DELGADO, Ana Carolina Teixeira. **Seringueiros: da luta pela terra à proteção da floresta tropical: um estudo sobre o processo de transnacionalização do movimento**. Rio de Janeiro, 2006, 152 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais/ PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Africano Sul-Saariano: Conexões e Paralelos com o Pensamento Latino-Americano e o Asiático**. Rio de Janeiro: Educam. BELLUCCI, Beluce (ed.). 2008, 228p.

DIANI, Mario. Introduction: Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: 'From Metaphor to Substance'?. In: DIANI, Mario; McADAM, Doug (eds). **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p.1-18.

DINAN, Desmond. European Political Cooperation. In LEQUESNE, Christian; HURWITZ, Leon. **The State of European Community: Policies, Institutions, and Debates in the Transition Years**. Lynne Rienner Publishers, Colorado, 1991.

DOMINGUES, José Maurício. **Social Theory and Collective Subjectivity**. New York: Palgrave, 2001.

DUGARD, John. **The last years of apartheid: civil liberties in South Africa**. New York : Ford Foundation. Foreign Policy Association, 1992, 262 p.

_____. The role of international law in the struggle for liberation in South Africa. In: **Social Justice: South Africa in Transition**. San Francisco, v. 18, n. 1/2, p. 83-94, Spring/Summer 1991.

ESCHEN, Penny M. Von . **Race Against Empire: Black Americans and Anticolonialism, 1937-1957**. Cornell University Press, 1997, 189 p.

ESCHLE, Catherine; STAMMERS, Neil. Taking Part: Social Movements, INGOs, and Global Change. In: **Alternatives**, v. 29, p.333-372, 2004.

EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert D. (eds.). **Double Edge Diplomacy: international bargaining and domestic politics**. Berkeley: University of California Press, 1993, 490p.

FIG, David. Sanctions and the Nuclear Industry. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999, p.75-102

FILHO, Pio Penna. África do Sul e Brasil: Diplomacia e Comércio (1918-2000) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 44 (1) p. 69-93 [2001].

_____. **O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008, 364 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: A formação da família brasileira sob a economia patriarcal**. São Paulo: Global, 1936 (2005 – 50a ed.), 719 p.

FRIEDRICKSON, George. **White Supremacy: a comparative study in American and South African history**. Oxford: Oxford University Press, 1981, 356p.

_____. **Black Liberation: a comparative history of black ideologies in the US and South Africa**. Oxford: Oxford University Press, 1995, 390p.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, Vol. 52, No. 4, International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics. Autumn, 1998, p. 887-917.

_____. Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. **American Review Political Science**, 2001, 4, p. 391-416

GELDENHUYS, Deon. **Isolated states: a comparative analysis**. Cambridge University Press 1990, 764 p.

GENTILI, Anna Maria. Notas sobre a política da CEE referente a sanções e ajuda à África Austral. In: ZACARIAS, Agostinho. **Repensando estratégias sobre Moçambique e a África Austral**. Instituto Superior das Relações Internacionais, 1991, p 357-366

GERMAIN, R. D. e KENNY, M. Engaging Gramsci: International Relations Theory and the New Gramscians, **Review of International Studies**, v.24, n.1, 1998, p.3–21.

GLEN, Adler; STERBERG, Jonny. **From comrades to citizens: The south Africans civics movement and the transition to democracy**. New York: St. Martin's Press in association with Albert Einstein Institution, 2000. 253 p.

GONÇALVES, Williams. Brasil, Atlântico Sul e o conflito da África Austral. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 26-36, mar. 1987.

GRAY, William H., Congressman interviewed by Paula Hirschhoff, In: **Africa Report 30**, May-June 1985, p.50.

GREENBERG, Stanley B. Economic growth and political change: the South Africa case. **Journal of Modern African Studies**, 19, dezembro/1981, p. 667-704.

_____. **Legitimizing the illegitimate: state, markets and resistance in South Africa**. Berkeley: University of California Press, 1987, 251 p.

HACHTEN, William. **The Press and apartheid: representation and propaganda in South Africa**. London: Macmillan, 1984, 352 p.

HANLON, Joseph. **Beggar your neighbors: Apartheid Power in Southern Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1986, 352p.

HARRIS, Robert, HARRIS Nyota. **Carlos Cooks and Black Nationalism from Garvey to Malcolm** Grandassa Harris, ed.,1992, 128 p.

HELD, David. Democracy: Past, Present and Possible Futures. In: **Alternatives**, v.18, p.259-71, 1993.

HELD, David et al. *Global Transformations. Politics, Economics and Culture*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

HERRING, George. **From Colony to superpower: US Foreign relations since 1776**. New York: Oxford University Press, 2008, 1035 p.

HILL, Christopher J. The Changing Politics of Foreign Policy. New York, Palgrave Macmillan, 2003, p.187-215 e p. 341-345.

HILL, Christopher. **Regional Cooperation in Southern África**. In African Affairs 82 (April 1983) p. 215-239

HOLLAND, Martin. The European Union and the Third World. New York: Palgrave, 2002, 258 p.

HOLLAND, Martin. **The European Community and South Africa**. London: Pinter, 1988, cap.2.

JACKON, Henry F. **From Congo to Soweto: U.S Foreign policy Toward Africa Since 1960**. New York: William Morrow, 1982, p 153-160

JONGE, Klaas. **África do Sul: Apartheid e resistência**. São Paulo: C. M. Moraes, 1991, 104 p.

JORGENSEN, Knud Erik. Four Levels and a discipline. In: **Constructing International Relations – The Next Generation**. New York: M.E. Sharpe, 2001, p36-53

KATZENSTEIN, Peter J. International Relations and Domestic Structures: Foreign Economic policies of Advanced Industrial States. **International Organization**, 30, p. 1-45

KEANE, John. *Global Civil Society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 234p.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. New York: Addison Wesley Longman, 1989, Cap. 2

_____. **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn, **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Cornell University Press, New York, 1998, 227p.

KING, Angela. **Centre against apartheid**. Acervo CEAA, Universidade Cândido Mendes

KLOTZ, Audie; LYNCH, Cecelia. **Strategies for Research in Constructivist International Relations: International Relations in a Constructed World**. New York: M.E. Sharpe. 2007, 135p.

KLOTZ, Audie. **Norms in International Relations: The Struggle against Apartheid**. United States of America: Cornell University Press, 1995a.183p.

KLOTZ, Audie. Making Sanctions Work: Comparative Lessons. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999b, p.264-282.

_____. **Norms reconstituting interests: global racial equality and U.S. sanctions against South Africa**. International Organization, Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology, 49, 3, Summer, 1995b, p.451-478.

KRASNER, Stephen D. Power Politics, Institutions, and Transnational Relations. In: RISSE-KAPEN, Thomas (ed.). **Bringing Transnational Relations Back In: Non-State**

Actors, Domestic Structures and International Institutions. New York: Cambridge University Press, 1995, 322 p. cap 8, p. 257-279

KRATOCHWIL, Friedrich V. **Norms, Rules, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal reasoning in IR and Domestic Affairs.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989, 317 p.

KUPER, Leo. African nationalism in South Africa, 1910-1964. In: THOMPSON, Leonard (ed). **The Oxford history of South Africa**, p. 424-476, New York: Oxford University Press, 1971.

KURKI, Milja. Causes of a divided discipline: rethinking the concept of cause in International Relations Theory. **Review of International Studies**, 2006, 32, p.189-216

LEQUESNE, Christian; HURWITZ, Leon. **The State of European Community: Policies, Institutions, and Debates in the Transition Years.** Lynne Rienner Publishers, Colorado, 1991, 475 p.

LEVY, I. Philip. Sanctions on South Africa: What Did They Do? **The American Economic Review**, Vol. 89, No. 2, Papers and Proceedings of the One Hundred, Eleventh Annual Meeting of the American Economic Association, Maio, 1999, p. 415-420.

LIPSCHUTZ, Ronnie D. Reconstructing World Politics: The Emergence of Global Civil Society. In: **Millennium**, v.21, n.3, p.389-420, 1992.

LISSONI, A. **The Anti-Apartheid Movement, Britain and South Africa: Anti-Apartheid Protest vs RealPolitik.** A History of the AAM and its influence on the British Government's Policy Towards South Africa in 1964, Honours Dissertation, SOAS, Supervisor: Dr Odd Arne Westad, University of London, 2000. (acesso a resenha da tese de doutorado apresentada no Simpósio de 40 anos do AAM, *South Africa House*, Londres, 8 p.)

LODGE, Tom. **All, here, and now: black politics in South Africa in the 1980's.** New York : Ford Foundation. Foreign Policy Association, 1991. 424 p.

LUKELE, Mangunte A. "Distensão Branca" e Libertação Nacional. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, ano 1, n. 1, jan-abr de 1978, p. 5-18.

MALCOM X. An Appeal to African Heads of State. In George Breitman, ed., **Malcom X Speaks**, New York: Grove Press, 1965, p.75-76.

MANDELA, Nelson R., **Long Walk to Freedom.** London: Adacus, 1994, 768p.

_____. **A luta é a minha vida.** 2a ed. Globo, 1988, 341 p.

MANSBACH, Richard W., FERGUSON, Yale H., LAMPERT Donald E. **The Web of World Politics: Non-state actors in the Global System** (1976), Toronto: Prentice-Hall, 1976, 326 p.

MARX, Anthony W. **Lessons of struggle: south african internal opposition, 1960-1990.** New York: Oxford University Press, 1992, 347 p.

_____. **Making race and nation: a comparison of South Africa, the United States, and Brazil,** Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 390 p

MATHEWS Jessica T., Power Shift. **Foreign Affairs**, 76, 1(January/February), 1997, p. 50-66.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention.** New York: Cambridge University Press, 2001.

MEYNS, Peter. **The Historical process of change: political outlook and economic prospects in Southern Africa: a view from the outside.** University of the Western Cape, Centre for Southern African Studies, 1992, 20 p.

MEAZNAR, Martin B.; NIGH, Douglas; KWOK, Chuck C. Effect of announcements of withdrawal from South Africa on Stockholder wealth: Making Sense of Contradictory Event Study Findings. **The Academy of Management Journal**, Vol. 41, No. 6 (Dec., 1998), p. 715-730.

MINTY, A. **The AAM - What Kind of History?** *Paper* apresentado no Simpósio de 40 anos do AAM, *South Africa House*, Londres, 25-6 de junho de 1999.

MONSERRAT Filho, Jose. **Os Crimes da África do Sul contra toda humanidade: a ilegalidade internacional absoluta da república sul-africana**, São Paulo: ABRASSO, 1981, 60 p.

MOUTINHO, Laura. Condenados Pelo Desejo? Razões de Estado na África do Sul. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19 nº. 56 outubro/2004.

_____. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. **Cadernos Pagu** (23), julho-dezembro de 2004, pp.55-88.

MUTAMBIRWA, James. **South Africa: the sanctions missions**. Geneva: World Council of Churches, 1990, 151 p.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000. p.36-37

NANDA, Ved P. Multilateral Sanctions Against South Africa: A Legal Framework for Comprehensive Implementation. In: SHEPHERD, George W. **Effective sanctions against South Africa: The cutting edge of economic intervention**. Westport, Conn: Greenwood press, 1991, p. 1-23.

NDLOVU, Sifiso Mxolisi. The ANC and the world. In: SADET. **The Road to Democracy in South Africa**, Volume 1, 2004, cap.13, p. 541 – 571.

NESBITT, Francis Njubi. **Race for sanctions: African Americans against apartheid, 1946-1994**. Indiana University Press, 2004, 217 p.

NETO, José Fiuza. A vitória de Mandela. Revista **História Viva**, ano IV, número 76, fev 2010, pp. 48-55.

NOLUTSHUNGU, Sam. **South Africa in Africa**. Manchester: Manchester University Press, 1975, 317p.

NUTTALL, Simon. **European Political Co-operation**, Clarendon Press, Oxford, 1992, 342 p.

OLIVEIRA, Petula Gomes Ponciano de. **África do Sul: sanções econômicas e dissolução do apartheid**. Rio de Janeiro, 1993, 77 f. (graduação) - Universidade Candido Mendes, 1993. Orientação de: Henry Acselrad

ONANA, Jean-Baptiste. Afrique du Sud. **Politique Africaine**. Entrepreneurs, ajustement et démocratie. Paris, n. 56, p. 147-153, dec. 1994

OZGUR, Ozdemir A. **Apartheid: The United Nations and Peaceful change in South Africa**. USA: Transnational Publishers, 1982, 220 p.

PEREIRA, José Maria Nunes. As raízes do Apartheid. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, ano 1, n. 1, jan-abr de 1978, p. 26-34.

_____. O Apartheid e as relações Brasil-África do Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, n. 14, 1987, p. 32-53.

PFISTER, R. Gateway to International Victory: The Diplomacy of the African National Congress in Africa, 1960-1994, **Journal of Modern African Studies**, 41 (1), 2003, p. 51-73.

POMEROY, William J. **Apartheid axis: the United States and South Africa**. New York : International Publishers, 1977. 95 p.

PORTELA, Fernando. **África do Sul: o Apartheid**. São Paulo: Ática, 1989, 32 p.

PRICE, R. REUS-SMIT C. 1998. **Dangerous liaisons?** Critical international relations theory and constructivism. Eur. J. Int. Relat. 4:259– 94

RIBEIRO, Fernando Rosa. Pribumi e nonpribumi: colonialismo e a construção do Estado-nação indonésio. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, jan-dez, 2006, ano 28 p.275-318,

_____. **Apartheid: o reino de deus na terra**. 1990, não paginado. Mestrado em Antropologia. UNB, Brasília.

_____. **A Construção da nação na África do Sul: a ideologia individualista e o Apartheid**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 32 p.(Estudos Ciências Sociais, 3).

KING, G.; KEOHANE, R.O. & VERBA, S., **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994

RISSE, Thomas; SIKKINK, Kathryn. The Socialization of International Human Rights Norms into Domestic Practices: introduction. In RISSE, Thomas; SIKKINK, Kathryn; ROPP, Stephen C. (eds.). **The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change**. London: Cambridge University Press, 1999, 317 p, cap.1, p.1-38

RISSE-KAPEN, Thomas. Bringing Transnational Relations Back In: an Introduction. In: RISSE-KAPEN, Thomas (ed.). **Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions**. New York: Cambridge University Press, 1995, 322 p., cap. 1, p.3-37.

_____. Ideas do not float freely: transnational coalitions, domestic structures, and the end of the Cold War. International Organization, vol 48, n.2, Spring 1994, p. 185-214.

_____. Structures of governance and transnational relations: what ha we learned? In: RISSE-KAPEN, Thomas (ed.). **Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions**. New York: Cambridge University Press, 1995, 322 p. cap. 9, p.280-313.

ROSARIO, Judite dos Santos. **Organismos não-governamentais brasileiros na luta contra o apartheid**. Instituto Centrale per el Catalogo e la Documentazione, [199-].5 p.

ROSENAU, James N. **Linkage Politics**. New York: Free Press, 1969.

_____. **The Study of Global Interdependence: Essays on the Transnationalisations of World Affairs**. London: Pinter, 1980,

_____. **Turbulence in World Politics: a theory of change and continuity**. Princeton: Princeton University Press, 1990, 480p.

ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora da Universidade, 2000.

ROSI, Bruno Gonçalves Rosi. **Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel nas relações entre os dois países.**, 231 f., cap.2 p Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais/ PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2009.

RUBIN, Leslie. **O Apartheid na prática**. Nova York: Nações Unidas, Escritório de Informação Pública, 1976, 47 p.

SADET (The South African Democracy Education Trust). **The Road to Democracy in South Africa**, Cape Town: Zebra Press, 5 v., published online by SADET: <http://www.sadet.co.za/>

- SACHS, Bernard. **The Road from Sharpeville**. New York : Marzani & Munsell, 1961, 190 p.
- SAMPSON, Anthony. **O Negro e o Ouro: Magnatas, Revolucionários e o Apartheid**. Tradução Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 319 p.
- SCHOOR, Marthinus Oliveira Van. **Apontamento sociológico sobre o sistema ideológico do apartheid**. p.237-246. Em *Africana*, Portugal, ano 2, n. 5, set. 1989.
- SCHMIDT, Elizabeth. Marching to Pretoria: Reagan's South África Policy on the Mov. Em **TransAfrica Forum**, outono, 1983, 5
- SECHABA, Tsepo; ELLIS, Stephen. **Comrades Against Apartheid: The ANC and the South African Communist Party in Exile**. Bloomington: Indiana University Press, 1992, 214p.
- SECKINELGIN, Hakan. Civil Society as a Metaphor for Western Liberalism. In: **Global Society**, v.16, n.04, 2002.
- SEGAL, Ronald. **Sanctions Against South Africa**, Harmondsworth, Penguin, 1964, 272p., 6d.
- SHAW, Martin. "Civil Society and Global Politics: Beyond a Social Movements Approach". In: **Millennium**, v.23, n.3, p.647-667, 1994.
- SHEPHERD, George W. **Anti-Apartheid Transnational Conflict and Western Policy in The Liberation of South Africa**. London: Grennwood Press, Westport, 1977, 246 p.
- _____. **Efective sanctions against South Africa: The cutting edge of economic intervention**. Westport, Conn: Greenwood press, 1991, 148 p.
- SIKKINK, Kathryn; SMITH, Jackie, Infrastructures for Change: Transnational Organizations, 1953-93. In: SIKKINK, Kathryn; RIKER, James V.; KHAGRAM, Sanjeev, (eds.). **Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms**,. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002,
- SPENCE, J. South African Foreign Policy. In Potholm, C.; Dale, R (eds), **Southern Africa in Perspective: Essays in Regional Politics**, Part 2, Free Press, New York, 1972.
- STUDY Comission on United States Policy Toward Southern Africa, South Africa. **Time running out**. Berkeley: University of California Press, 1981, 517p.
- SWAPO. **El nacimiento de una nacion: la lucha por la liberacion de Namibia**. Londres: Zed Press, 1981, 399 p.
- TAMBO, Oliver. Address to the Special Committee Against Apartheid of the United Nations General Assembly, 12 March 1964. In Tambo, ed., **Preparing for Power: Oliver Tambo Speaks**, London: Heinemann, 1987, p. 46-50.
- TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism**. Cambridge University Press, 2005, 256p.
- _____. **Power in movement: Social Movements and Contentious Politics**. Cambridge University Press, 1998, 271 p.
- TERREBLANCHE, Solomon Johannes. **A History of in South Africa, 1652-2002**, 2002. 527 p.
- THE Apartheid war machine: the strength and deployment of the south african armed forces. **Fact Paper on Southern Africa**, 8, London: IDAF, 1980. 75 p.
- THOMAS, Scott. **The Diplomacy of Liberation: the Foreign Relations of ANC since 1960**. London: Tauris Academic, 1995.
- THOMAS, Tony. **The Freedom struggle in South Africa**. New York: Pathfinder, 1976, 23 p.

THOMPSON, Leonard. **A History of South Africa**. New Haven: Yale University Press, 1990, 288 p.

UNITED NATIONS. **The United Nations and apartheid 1948-1994**. UN department of Public Information, New York, v.1, 1994, 565 p.

_____. UN 1973 questions and answers on apartheid in SA (UNIC)

_____. GA, **Report of the special committee against apartheid**, 26 de outubro de 1976, não paginado.

_____. **General Assembly Official Records (GAOR)**. 27th session. Special Political Committee. Summary Record. 819th Meeting, 20 October 1972.

_____. **La Naciones Unidas en la vanguardia de la lucha contra el apartheid**, 1991, não paginado.

_____. **South African Destabilization: the Economic Cost of Frontline Resistance to Apartheid** Economic Commission for Africa. 45p.

_____. **Sanctions against South Africa: The Peaceful Alternative to Violent Change**, New York, 1988, não paginado.

_____. **Progresos Logrados en la Aplicacion de La Declaracion sobre el Apartheid y Sus Consecuencias Destructivas para el Africa Meridional**, Informe del secretario General (A/44/960), Nueva York, 1990, não paginado.

_____. **Basic Facts of the Republic of south Africa and the Policy of Apartheid.**, Centre Against Apartheid, New York, 1978, não paginado.

_____. **Apartheid in South Africa III**. Extracts from the Report of the Special Committee on the Policies of Apartheid of the Government of the Republic of South Africa, May 1966. não paginado.

_____. **Apartheid: The facts**. International Defence and Aid Fund for Southern Africa, in co-operation with the United Nations Centre against Apartheid, London, June 1983, não paginado.

_____. Report of the Expert Committee established in pursuance of Security Council resolution 191 (1964), 2 de março de 1965 (SCOR, Twentieth Year, 1965, special sup.2) não paginado

_____. **Apartheid: la politica de discriminación racial en Sudafrica**. Nueva York, 41 p.

_____. Elimination of apartheid and establishment of a united, democratic and non-racial South Africa. **The South African Journal of International Affairs**, Braamfontein, v. 1, n. 2, p. 164-167, Autumn 1994.

_____. **La Naciones Unidas en la vanguardia de la lucha contra el apartheid**. 1991, não paginado.

_____. **Progresos logrados en la aplicacion de la declaracion sobre el apartheid y sus consecuencias destructivas para el Africa meridional**. New York, 1990, 52 p.

_____. **Un delito contra la humanidad: perguntas y respuestas sobre el apartheid en Sudafrica**. New York, 1982, não paginado.

UNITED STATES OF AMERICA. Summary of the Comprehensive Anti-Apartheid Act. Executive Summary Pursuant to Section 501 of the Comprehensive Anti-Apartheid Act of 1986. Disponível em: <
<http://www.itcilo.it/english/actrav/telearn/global/ilo/guide/antia.htm> >. Acesso a partir 22 de fevereiro de 2009

_____. Department of State, **Human Rights in South Africa**, Current Policy no 181,13 de maio de 1980

WALKER, Robert S., A conservative viewpoint against apartheid, In: **Africa Report**, May-June 1985, p. 85.

WALKER, R.B.J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, 233p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: The Politics of Independence and Unity**. Lincoln, Neb.: University of Nebraska Press, 2005, 280 p.

WERE, Gideon. **A History of South Africa**. New York : Africana Publ., 1974, 208 p.

WILLETTS, P. (ed.) **Pressure Groups in the Global System: The Transnational Relations of Issue-Orientated Non-Governmental Organizations**. London: Pinter, 1982

_____. Transactions, Networks and Systems, in GROOM, A.J.; TAYLOR P. (eds), **Frameworks for international cooperation**. London: Pinter, 1990, cap.17

WOODS, Donald. **Por dentro do apartheid: o cotidiano da resistência na África do Sul**. São Paulo : Best Seller, 1988, 186 p.

WORLD conference against apartheid, racism and colonialism in Southern Africa. **Permanent Secretariat of AAPSO**, 1977, 76 p.

VOORGHEES, Meg. The US Divestment Movement. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa**. London: Macmillan Press Ltd., 1999, p.129-144

ZACARIAS, Agostinho. **Repensando estratégias sobre Moçambique e a África Austral**. Instituto Superior das Relações Internacionais, 1991, 407 p.

ZWELONKE, D. M. **Historical background of the apartheid System**. L' Afrique du Sud aujourd'hui. Societe Africaine de Culture. Paris :Presence Africaine, 1978

1.1.Consultas na Internet

African Activist Archive

<http://africanactivist.msu.edu/archives.php>

Site do ANC:

<http://www.anc.org.za>:

Nelson Mandela Foundation:

http://www.nelsonmandela.org/index.php/aama/entry/centre_against_apartheid_united_nations/

The British Anti-Apartheid Movement archive

<http://www.bodley.ox.ac.uk/dept/rhodes/aam/aam.html>

The South African Democracy Education Trust

<http://www.sadet.co.za/>

National Lottery Distribution Trust Fund:

<http://www.nlb.org.za/nldtf.asp>

The Robben-Island Mayibuye Centre Archive:

<http://www.robber-island.org.za/departments/heritage/mayibuye/mayibuye.asp>

South African Historical Archive at Wits University:

<http://www.saha.org.za>

Digital Imaging Project of South Africa (DISA) at University of KwaZulu Natal

<http://www.disa.ukzn.ac.za>

Liberation Archives at the University of Fort Hare

<http://liberation.ufh.ac.za>

Department of Manuscripts and Archives at UCT

<http://www.lib.uct.ac.za/mss>

Documentos da ONU

<http://www.undoc.org.za/docs/apartheid/undocs.html>

South Africa's National Archives

<http://www.national.archives.gov.za>

Alan Paton Centre & Struggle Archives

<http://www.ukzn/paton/HomePage1.aspx>

African Activist Archive Project

<http://www.africanactivist.msu.edu>

Directory of African Activist Archives

<http://www.africanactivist.msu.edu/directory.php>

Related Sites on the African Activist Archive Project website

<http://africanactivist.msu.edu/related.php>

Anti-apartheid activities in the former West German

[http:// www.kosa.org](http://www.kosa.org) ou <http://www.ub.uni-duisburg.de/afas>

The Netherlands Institute for Southern Africa

<http://www.niza.nl>

The American Committee on Africa (ACOA)

<http://www.lexisnexis.com/academic/2upa/Aaas/AmericanCommitteeAfrica.asp>

Southern African Documentation and Co-operation Centre:

<http://www.sadocc.at>

1.2. Jornais pesquisados

Baltimore Afro-American, “JFK, ‘Big Six’ Meet; Discuss Africa and Colored Americans”, 29 de dezembro de 1962, p.14

Chicago Tribune, 6 de outubro, 1985, p.24C. (acervo ComAfrica)

Financial Times, Londres, 14 de dezembro de 1984, 4 (acervo ComAfrica)

International Herald Tribune, 16 de março de 1989 (acervo ComAfrica)

Jornal do Brasil, 22 de outubro de 1985 (acervo ComAfrica)

Los Angeles Times, 12 de janeiro de 1985, p. 22 (acervo ComAfrica)

Time, 5 de agosto de 1985, p.33 (acervo ComAfrica)

Washington Evening Star, “Negros Leaders Call for U.S. Parley on Africa” 22 de outubro de 1962, p.24.

Washington Post, 3 de novembro de 1985, p.A24. (acervo ComAfrica).
Anexos

8. Anexos

Anexo 1: Cronologia geral das sanções antiapartheid (Crawford; Klotz, 1999, p.283-287)

- 1944: Prime Minister Smuts joins the Manhattan Project's search for uranium.
- 1946: Newly founded UN considers South African domestic discrimination (against Indians); this agenda item expands in the 1950s to include apartheid. India withdraws its High Commissioner (ambassador) from South Africa.
- 1948: Malan's National Party defeats Smuts' United Party and institutes policies of apartheid. UN adopts the Universal Declaration of Human Rights.
- 1954: India formally severs diplomatic ties, and other countries follow, especially newly independent African states (from the late 1950s). Father Trevor Huddleston pleads for the international community to boycott South Africa. First crude oil refinery opens in Durban.
- 1955: South Africa opens Sasol I, a coal-to-oil conversion plant, in Sasolburg.
- 1957: South Africa and US agree on nuclear cooperation.
- 1958: ANC President Albert Luthuli calls for sanctions. The (non-racial) South African Sports Association is formed.
- 1959: Select ANC members go into exile in London and launch the Boycott South Africa movement in Britain.
- 1960: Sharpeville killings produce international outrage. African states call for sanctions. The Anti-Apartheid Movement founded in London; American Committee on Africa begins sanctions campaign in US. South Africa institutes financial rand system.
- 1961: After Sharpeville, many opposition leaders are banned, jailed or go into exile. South Africa withdraws from the Commonwealth, in the face of anti-apartheid pressures. Luthuli receives Nobel Peace Prize. US company Allis Chalmers contracts to build South Africa's first experimental nuclear reactor, SAFARI-1.
- 1962: UN General Assembly calls for diplomatic, economic, and military sanctions. South African Non-Racial Olympic Committee forms.
- 1963: UN Security Council adopts voluntary arms embargo (resulting in varying degrees of compliance); US announces end to military sales to South Africa. At its founding, the OAU excludes South Africa and supports sanctions. Many other international organizations reject South African participation.
- 1964: Britain bans arms exports to South Africa. Japan bans direct investment in South Africa. South Africa excluded from Tokyo Olympics.

- 1965: UN establishes its Trust Fund for South Africa and the Education Programme for South Africans. Artists and actors sign the "We Say No to Apartheid" pledge. Students in the US demonstrate at Chase Manhattan's headquarters to protest its loans to South Africa, starting first wave of divestment movement. Rhodesian Unilateral Declaration of Independence and resulting sanctions (including a UN arms embargo) increase attention and pressure on South Africa.
- 1968: South Africa excluded from Mexico Olympics.
- 1970: South Africa expelled from the Olympic Movement. Throughout the 1970s, some banks and governments ban investments in and loans to South Africa.
- 1971: Rev. Leon Sullivan advocates the withdrawal of General Motors from South Africa.
- 1972: *The Ethical Investor* urges university administrations to follow principles of socially responsible investing; numerous universities divest throughout the decade.
- 1973: UN General Assembly recognizes the liberation movements as "authentic representatives" of the South African majority. The Zulu version of *Macbeth*, *uMabatha*, boycotted in New York City. The Arab oil embargo adds to South Africa's energy problems, spurring nuclear power and coal-to-oil developments.
- 1974: UN General Assembly suspends South Africa. Coup in Lisbon results in independence in 1975 for Portuguese territories of Angola and Mozambique. South Africa increases overt and covert military activity in the region.
- 1976: Soweto uprising; number of exiles dramatically increases. Banks and governments increase restrictions on loans. Africans boycott Montreal Olympics. Transkei declares independence but is not recognized internationally. Bophuthatswana, Venda, and Ciskei meet a similar response in 1977, 1979, and 1981, respectively. Israel signs an agreement to increase scientific cooperation with South Africa.
- 1977: US increases efforts to restrict nuclear technology transfer; in August, the World Conference for Action Against Apartheid urges states and firms to cease all assistance and cooperation enabling South Africa's acquisition of nuclear capability. South Africa removed from IAEA governing board. Israel supplies South Africa a small quantity of tritium in exchange for shipments of uranium. Commonwealth adopts Gleneagles Declaration against apartheid in sport. Second wave of large US student protests; more colleges and universities adopt divestment policies. Sullivan Principles announced as a guide to corporate conduct in South Africa, with 12 initial US endorsers. New York performance of the musical *Ipi Ntombi* is boycotted. UN Security Council adopts mandatory arms embargo in November.
- 1978: European and Canadian codes of corporate conduct established. US tightens restrictions on support to military and police in South Africa and South West Africa/Namibia.
- 1979: UN General Assembly, in January, calls on the Security Council to consider measures that prevent South Africa from developing nuclear weapons. SADCC is established to counter South African destabili-

- zation and economic dominance in the region. Iran halts oil exports to South Africa; South Africa opens an oil storage facility in Saldanha Bay. US satellite detects what is thought to be a small nuclear explosion in the South Atlantic on 22 September; South Africa denies it conducted a nuclear test.
- 1980: The UN General Assembly calls for a total cultural boycott. Sasol II opens in Secunda.
- 1981: US announces policy of "constructive engagement," including the relaxation of previously imposed sanctions. Springbok tour of New Zealand is last of the apartheid era. UN and OAU International Conference on Sanctions against South Africa calls for sanctions in response to South Africa's acquisition of nuclear weapons capability. South African activists call for a boycott of artists who performed in South Africa.
- 1982: Connecticut becomes the first US state to legislate a divestment policy for its pension funds. Sasol III opens in Secunda.
- 1983: US Congress passes Gramm Amendment, blocking IMF loans to states practicing apartheid. Sir Richard Attenborough, director of the film *Gandhi*, cancels plans to attend its showing in South Africa, in support of the cultural boycott. UN General Assembly adopts in December a Programme of Action against Apartheid which urges all governments to refrain from nuclear technology transfer, nuclear cooperation, delivery of reactors and fissile material to South Africa.
- 1984: New South African constitution establishes a tricameral parliament with separate chambers for coloreds and Indians but leaves out blacks. Widespread protests and violence erupt in the black townships. Sullivan Principles expand to press for the repeal of all apartheid laws. Prominent South African anti-apartheid campaigner Bishop Desmond Tutu is awarded the Nobel Peace Prize. The Free South Africa Movement is launched at South African Embassy in Washington, DC. UN Security Council expands scope of military boycott to a ban on importing South African-made weapons and ammunition.
- 1985: In response to township violence, South Africa declares a state of emergency and rules out significant power-sharing with blacks. In July UN Security Council resolution 569 urges all member states to prohibit new nuclear-related contracts with South Africa. Chase Manhattan and other international banks refuse to "roll over" their loans in July; in August South Africa declares a moratorium on repayment of some of its commercial debt. Australia, in August, bans exports to South Africa of weapons and computer equipment that could be used for security purposes and banned imports of South African arms. A month later, Britain bans imports of South African-made weapons. The Commonwealth passes an initial package of economic sanctions in October, including a ban on purchases of South African uranium and Commonwealth exports of enriched uranium and nuclear technology. Australian and Japanese codes of corporate conduct established. The US Corporate Council on South Africa representing 100 US corporations is formed to oppose apartheid from within South Africa. The third and most intensive

- wave of US student anti-apartheid activism begins; divestment increases; group of university presidents also urge sanctions against South Africa. Several major cities adopt selective contracting provisions. The record album and video *Sun City* is produced and aggressively publicized by US anti-apartheid activist artists. US, European Community, and other countries implement additional sanctions measures. Anglo-American and other South Africa business leaders begin talking with the ANC in exile.
- 1986: France bans imports of South African-made arms and places controls on weapons exports in January. US Congress enacts, over President Reagan's veto, the Comprehensive Anti-Apartheid Act in October. Commonwealth adopts additional economic sanctions. European Community votes to ban imports of iron, gold coins, new investments in South Africa. Japan bans imports of iron and steel but not iron ore. General Motors leads a flood of US companies which announce their withdrawal. First Interim Agreement between South Africa and its creditors reached in March, covering repayments through June 1987. Barclays Bank ends loans to South Africa in response to customer pressure in May and withdraws from South African operations in November. Other banks follow suit. South African students protest abrogation of academic boycott by Dr. Conor Cruise O'Brien, a leading member of the Irish Anti-Apartheid Movement, at the University of Cape Town.
- 1987: US retirement funds begin sponsoring shareholder resolutions asking companies to withdraw from South Africa. Rev. Sullivan withdraws from the Sullivan Principles program and calls for economic sanctions against South Africa, spurring university and municipal divestment policies. Second Interim Agreement on debt repayment reached in February, covering through June 1990. ANC president Oliver Tambo proposes a selective boycott of South African culture and academics. US removes the tax-exempt status from firms operating in South Africa.
- 1988: South African Rugby Board and ANC representatives meet in Harare. Commonwealth report on the potential of financial sanctions starts circulating widely.
- 1989: Mobil and Goodyear – the largest remaining US companies – withdraw from South Africa. Third Interim Agreement on debt repayment reached in October, covering through December 1993, just prior to the Commonwealth summit meeting in Kuala Lumpur. National Sports Congress formed; split within non-racial sport movement. De Klerk succeeds Botha and announces his intentions to repeal several key apartheid laws, to release select political prisoners, and to unban some political organizations.
- 1990: Nelson Mandela released after 27 years in prison. ANC and other opposition groups are unbanned; the process of return from exile begins. South Africa orders end of its nuclear weapons program and dismantling of existing weapons.
- 1991: IOC recognizes (non-racial) National Olympic Committee of South Africa. US, Britain, and European Community lift most sanctions.

- Key pension funds stop sponsoring anti-apartheid shareholder resolutions. South Africa signs NPT; IAEA inspection.
- 1992: Whites-only referendum validates de Klerk's reforms. South Africa participates in Cricket World Cup and returns to the Olympic Games at Barcelona. South Africa selected as host of the 1995 Rugby World Cup. UN shifts its focus to providing educational opportunities within South Africa. South African government begins destruction of 12 000 documents (including blueprints) and sensitive components.
- 1993: In March de Klerk admits that South Africa acquired nuclear weapons. Mandela calls for end to some economic sanctions. In October, UN General Assembly lifts sanctions.
- 1994: Mandela elected in South Africa's first democratic national elections, calls for end to remaining sanctions eight days after his inauguration on 10 May. US colleges and universities repeal divestment policies. South Africa begins the process of rejoining international organizations and re-establishing diplomatic ties.
- 1995: In March South Africa decommissions its large uranium enrichment facility, the Z-plant. In April and May, South Africa attends the 25-year review conference of the NPT in New York, supporting indefinite extension of the Treaty.
- 1996: Treaty of Pelindaba creating an African Nuclear-Weapons-Free Zone opened for signature in Cairo.
- 1998: US arms embargo ends.

Anexo 2: Lista de Resoluções da Assembleia Geral e Conselho de Segurança da ONU (Ozgur, 1982, p.171-179)

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
44 (I)	Treatment of Indians in the Union of South Africa	8 Dec. 1946	32-15-7
265 (III)	Treatment of People of Indian origin in the Union of South Africa	14 May 1949	47-1-10
395 (V)	-do-	2 Dec. 1950	46-3-10
511 (VI)	-do-	12 Jan. 1952	44-0-14
615 (VII)	-do-	5 Dec. 1952	41-1-15
616 A and B (VII)	The question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Government of the Union of South Africa	-do-	35-1-23 (616 A) 24-1-34 (616 B)
719 (VIII)	Treatment of People of Indian origin . . .	11 Nov. 1952	42-1-17
721 (VIII)	Question of race conflict in South Africa . . .	8 Dec. 1953	38-11-11
816 (IX)	Treatment of People of Indian origin . . .	4 Nov. 1954	45-1-11
820 (IX)	Question of race conflict in South Africa . . .	14 Dec. 1954	40-10-10
917 (X)	-do-	6 Dec. 1955	41-6-8
919 (X)	Treatment of People of Indian origin . . .	14 Dec. 1955	46-0-8

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
1015 (XI)	Treatment of People of Indian origin . . .	30 Jan. 1957	42-0-12
1016 (XI)	Question of race conflict in South Africa . . .	-do-	56-5-12
1178 (XII)	-do-	26 Nov. 1957	59-6-14
1179 (XII)	Treatment of People of Indian origin . . .	-do-	64-0-15
1248 (XIII)	Question of race conflict in South Africa . . .	30 Oct. 1958	70-5-4
1302 (XIII)	Treatment of People of Indian origin . . .	10 Dec. 1958	69-0-10
1375 (XIV)	Question of race conflict in South Africa . . .	17 Nov. 1959	62-3-7
1460 (XIV)	Treatment of People of Indian origin . . .	10 Dec. 1959	66-0-12
1597 (XV)	Treatment of People of Indo-Pakistan origin in the Union of South Africa	13 Apr. 1961	78-0-2
1598 (XV)	Question of race conflict in South Africa . . .	-do-	95-1-0
1662 (XVI)	Treatment of People of Indo-Pakistan origin . . .	28 Nov. 1961	Unanimous
1663 (XVI)	The question of race conflict in South Africa . . .	-do-	97-2-1
1761 (XVII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa	6 Nov. 1962	67-16-23
1881 (XVIII)	-do-	11 Oct. 1963	106-1-0
1978 A and B (XVIII)	-do-	16 Dec. 1963	100-2-1 (A) 92-2-0 (B)
2054A and B (XX)	The policies of apartheid of . . .	22 Dec. 1965	87-1-5 (A) 93-1-7 (B)

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
2202 A and B (XXI)	The policies of apartheid of . . .	16 Dec. 1966	84-2-13 (A) 99-1-1 (B)
2307 (XXII)	-do-	13 Dec. 1967	89-2-12
2396 (XXIII)	-do-	2 Dec. 1968	85-2-14
2506 A and B (XXIV)	The policies of apartheid of the Government of South Africa	21 Nov. 1969	101-2-6 (A) 80-5-23 (B)
2624 (XXV)	-do-	13 Oct. 1970	98-2-9
2671 A, B, C, D, E, F (XXV)	-do-	8 Dec. 1970	105-2-6 (A) 111-2-1 (B) 107-2-6 (C) 106-2-7 (D) 111-2-1 (E) 91-6-16 (F)
2764 (XXVI)	-do-	9 Nov. 1971	109-2-0
2774 (XXVI)	United Nations Trust Fund for South Africa	29 Nov. 1971	110-1-1
2775 (XXVI)	The policies of apartheid of . . .		
	A —Arms Embargo	29 Nov. 1971	107-2-5
	B —Educational material on apartheid	-do-	112-1-3
	C —Programme of Work of the Special Committee on Apartheid	-do-	108-1-5
	D —Apartheid in Sports	-do-	106-2-7
	E —Establishment of Bantustans	-do-	110-2-2
	F —Situation in South Africa resulting from the policies of apartheid	-do-	86-6-22
	G —Dissemination of information on apartheid	-do-	108-2-6
	H —Trade union activities against apartheid	-do-	104-1-9
2923 (XXVII)	The policies of apartheid of . . .		
	A —Maltreatment and torture of prisoners and detainees	15 Nov. 1972	121-1-1

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
	B —United Nations Trust Fund for South Africa	15 Nov. 1972	122-1-1
	C —Programme of Work of the Special Committee on Apartheid	-do-	115-2-8
	D —Dissemination of information on apartheid	-do-	119-1-5
	E —Situation in South Africa resulting from the policies of apartheid	-do-	100-4-21
	F —International Conference of Trade Unions against Apartheid	13 Dec. 1972	105-2-6
3055 (XXVIII)	Political Prisoners in South Africa	26 Oct. 1973	112-2-2
3068 (XXVIII)	International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid	30 Nov. 1973	91-4-26
3151 (XXVIII)	The policies of apartheid of . . .		
	A —Trade union action against Apartheid	14 Dec. 1973	107-1-12
	B —Programme of Work of the Special Committee on Apartheid	-do-	119-2-4
	C —Dissemination of Information on Apartheid	-do-	123-1-3
	D —Intensification and Co-ordination of United Nations action against Apartheid	-do-	121-2-5
	E —Action by Intergovernmental and non-governmental organizations	-do-	117-1-10
	F —United Nations Trust Fund for South Africa	-do-	125-1-1
	G —Situation in South Africa resulting from the policies of Apartheid	-do-	88-7-28
3324 (XXIX)	Policies of apartheid of . . .		
	A —United Nations Trust Fund for South Africa	16 Dec. 1974	Adopted without objection
	B —Arms Embargo against South Africa	-do-	109-1-9
	C —Release of political prisoners	-do-	118-0-2
	D —Programme of Work of the Special Committee on Apartheid	-do-	111-0-10
	E —Situation in South Africa	-do-	95-13-14

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
3411 (XXX)	Policies of apartheid of . . .		
	A —United Nations Trust Fund for South Africa	28 Nov. 1975	Adopted without objection
	B —Solidarity with the South African political prisoners	-do-	-do-
	C —Special responsibility of the United Nations and the international community towards the oppressed people of South Africa	-do-	97-0-9
	D —Bantustans	-do-	99-0-8
	E —Apartheid in sports	-do-	Adopted without objection
	F —Programme of Work of the Special Committee against Apartheid	-do-	103-0-7
	G —Situation in South Africa	10 Dec. 1975	101-15-16
31/6	Policies of apartheid of . . .		
	A —The so-called independent Transkei and other bantustans	26 Oct. 1976	134-0-1
	B —United Nations Trust Fund for South Africa	9 Nov. 1976	Adopted without vote*
	C —Solidarity with South African prisoners	-do-	-do-
	D —Arms embargo against South Africa	-do-	110-8-20
	E —Relations between Israel and South Africa	-do-	91-20-28
	F —Apartheid in sports	-do-	128-0-12
	G —Programme of work of the Special Committee against Apartheid	-do-	133-0-8
	H —Economic Collaboration with South Africa	-do-	110-6-24
	I —Situation in South Africa	-do-	108-11-22
	J —Programme of Action against Apartheid	-do-	105-0-27
	K —Investments in South Africa	-do-	124-0-16
32/105	Policies of apartheid of . . .		
	A —United Nations Trust Fund for South Africa	14 Dec. 1977	Adopted without vote
	B —International Anti-Apartheid Year	-do-	141-0-0
	C —Trade Union Action against Apartheid	-do-	138-0-0

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
	D —Relations Between Israel and South Africa	-do-	88-19-30
	E —Political Prisoners in South Africa	-do-	Adopted without vote
	F —Military and Nuclear Collaboration with South Africa	-do-	113-7-17
	G —Economic Collaboration with South Africa	-do-	111-7-22
	H —Dissemination on Information on Apartheid	-do-	140-0-0
	I —Programme of Work of the Special Committee against Apartheid	-do-	136-0-4
	J —Assistance to the National Liberation Movement of South Africa	-do-	112-9-17
	K —Situation in South Africa	-do-	113-0-27
	L —World Conference for Action against Apartheid	-do-	140-0-0
	M —International Declaration against Apartheid in Sports	-do-	125-0-14
	N —Bantustans	-do-	140-0-0
	O —Investments in South Africa	16 Dec. 1977	120-0-5
33/183	Policies of Apartheid of . . .		
	A —United Nations Trust Fund for South Africa	24 Jan. 1979	Adopted without vote
	B —International Mobilization against Apartheid	-do-	122-4-0
	C —Tributes to the Memory of Leaders and Outstanding Personalities Who Have Made Significant Contributions to the Struggles of the Oppressed Peoples	-do-	129-0-0
	D —Relations Between Israel and South Africa	-do-	82-18-28
	E —Oil Embargo against South Africa	-do-	105-6-16
	F —Political Prisoners in South Africa	-do-	Adopted without vote
	G —Nuclear Collaboration with South Africa	-do-	96-5-23
	H —Economic Collaboration with South Africa	-do-	98-10-20
	I —Dissemination of Information on Apartheid	-do-	130-0-0
	J —Programme of Work of the Special Committee against Apartheid	-do-	124-0-4

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
	K —Assistance to the Oppressed People of South Africa and their National Liberation Movement	24 Jan. 1979	115-0-12
	L —Situation in South Africa	-do-	103-9-17
	M —Military Collaboration with South Africa	-do-	113-3-13
	N —Apartheid in Sports	-do-	112-0-15
	O —Investments in South Africa	-do-	117-0-10
34/93	Policies of Apartheid of . . .		
	A —Situation in South Africa	12 Dec. 1979	109-12-21
	B —United Nations Trust Fund for South Africa	-do-	Adopted without vote
	C —International Conference for Sanctions against South Africa	-do-	125-7-12
	D —Arms Embargo against South Africa	-do-	132-3-9
	E —Nuclear Collaboration with South Africa	-do-	119-4-18
	F —Oil Embargo against South Africa	-do-	124-7-13
	G —Bantustans	-do-	Adopted without vote
	H —Political Prisoners in South Africa	-do-	-do-
	I —Assistance to the Oppressed People of South Africa and their National Liberation Movement	-do-	134-3-7
	J —Dissemination of Information on Apartheid	-do-	142-0-3
	K —Women and Children under Apartheid	-do-	Adopted without vote
	L —Role of the Mass Media in International Action against Apartheid	-do-	125-0-19
	M —Role of Non-Governmental Organizations in International Action against Apartheid	-do-	Adopted without vote
	N —Apartheid in Sports	-do-	131-0-14
	O —Declaration on South Africa	-do-	Adopted without vote
	P —Relations between Israel and South Africa	-do-	102-18-22
	Q —Investments in South Africa	-do-	130-0-12
	R —Programme of Work of the Special Committee against Apartheid	17 Dec. 1979	134-0-6

<i>No. of resolution</i>	<i>Title of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
35/206	Policies of apartheid . . .		
	A —Situation in South Africa	16 Dec. 1980	118-10-15
	B —Military and nuclear collaboration with South Africa	-do-	127-4-13
	C —Comprehensive sanctions against South Africa	-do-	115-10-20
	D —Oil embargo against South Africa	-do-	123-7-13
	E —Cultural, academic and other boycotts of South Africa	-do-	123-8-13
	F —Role of transnational corporations in South Africa	-do-	120-7-16
	G —International campaigns against apartheid	-do-	133-0-12
	H —Relations between Israel and South Africa	-do-	103-19-21
	I —International Conference on Sanctions against South Africa	-do-	130-6-8
	J —Assistance to the oppressed people of South Africa and their national liberation movement	-do-	137-3-5
	K —Campaign for the release of political prisoners in South Africa	-do-	Adopted without vote
	L —Dissemination of information on apartheid	-do-	Adopted without vote
	M —Apartheid in sports	-do-	131-0-15
	N —Women and children under apartheid	-do-	132-0-13
	O —Implementation of United Nations resolutions on apartheid by Governments and intergovernmental organizations	-do-	114-10-22
	P —Programme of work of the Special Committee against Apartheid	-do-	141-0-5
	Q —Investments in South Africa	-do-	137-0-9
	R —United Nations Trust Fund for South Africa	-do-	Adopted without vote

*In effect, there seems to be no difference between a resolution adopted without objection and one adopted without vote, because technically both are adopted without vote. However, to accommodate some degree of objection by any Member to some part of the resolution, sometimes the Members concerned may agree to have it adopted without a vote.

LIST OF SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS ON THE RACIAL
POLICIES OF THE GOVERNMENT OF SOUTH AFRICA

<i>No. of resolution</i>	<i>Date adopted</i>	<i>Vote</i>
134 (1960)	1 Apr. 1960	9-0-2
181 (1963)	7 Aug. 1963	9-0-2
182 (1963)	4 Dec. 1963	Unanimous
190 (1964)	9 June 1964	7-0-4
191 (1964)	18 June 1964	8-0-3
282 (1970)	23 July 1970	12-0-3*
311 (1972)	4 Feb. 1972	14-0-1
392 (1976)	19 June 1976	By consensus**
417 (1977)	31 Oct. 1977	Unanimous
418 (1977)	4 Nov. 1977	-do-
421 (1977)	9 Dec. 1977	-do-
473 (1980)	13 June 1980	-do-

*As from 31 August 1965 the Security Council was composed of fifteen members instead of eleven which was the case until then.

**Technically, there was no voting or formal objection. A resolution adopted by this manner is, from the legal point of view, weaker than one adopted unanimously where votes are counted. This manner is useful to accommodate a Member who, for some reason, feels unable to vote for the resolution. Indeed, after the adoption of a resolution by consensus, such a Member may well argue that had that resolution been put to vote he would have abstained or expressed reservations on part of it.

Anexo 3: Quadro geral de sanções multilaterais e governamentais (Klotz, 1995a, p.5)

Table 1. Sanctions against South Africa, 1960–1989

	Military ^a	Trade ^b	Finance ^c
MULTILATERAL			
UN General Assembly	1962–63, 1983	1962, 1965	1966, 1969
UN Security Council	1977, 1984	1985 voluntary	1985 voluntary
Commonwealth	1971	1985–86	1985–86
European Community	1985	1986	1986
Nordic countries	1977, 1985	1985–87	1979, 1985–86
Organization of African Unity	1963	1963	1963
BILATERAL			
United States	1963, 1977, 1985, 1986	1978, 1985–86	1985–86
Britain	1985	1986	1985–87
West Germany	1986	1977	1977 informal
France	1985–86	1986	1985
Japan	1986	1986 informal	1969, 1985–86

Source: Based on summaries in Timothy M. Mozia, "Chronology of Arms Embargoes against South Africa" and "Chronology of Economic Embargoes against South Africa," in *Effective Sanctions on South Africa: The Cutting Edge of Economic Intervention*, ed. George W. Shepherd, Jr. (Westport, Conn.: Greenwood Press, 1991), pp. 97–108 and 108–25; and *South Africa: The Sanctions Report, Documents and Statistics*, ed. Joseph Hanlon (London: James Currey, 1990).

Note: Dates indicate only initiation of substantive new measures.

^aIncluding oil and technology in addition to arms.

^bIncluding airline landing rights in addition to imports and exports.

^cIncluding Krugerrands in addition to investments, loans, and credits.

Anexo 4 : Decreto do Presidente Sarney(Filho, 2008, p.343-344)

DECRETO Nº 91.524, de 9 de agosto de 1985.

Estabelece restrições ao relacionamento com a Republica da África do Sul.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição, e

Considerando que o regime do *apartheid* está em contradição flagrante com os princípios de democracia e convivência racial vigentes no Brasil e vem assim merecendo a justa repulsa dos mais diversos setores da sociedade brasileira,

Considerando que a política do *apartheid* atenta contra a consciência e a dignidade da humanidade, é incompatível com a Carta das Nações Unidas e a

Declaração Universal dos Direitos Humanos e constitui uma ameaça à paz e à segurança internacionais,

Tendo em vista a Resolução 418 (1977), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impôs embargo mandatário sobre a venda de armas para a África do Sul,

Considerando, ainda, as demais resoluções pertinentes da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular as resoluções nº 473 (1980), 558 (1984), 566 (1985) e 569 (1985) do Conselho de Segurança, que instam os Estados Membros a impor sanções voluntárias à África do Sul, em razão da política de *apartheid* do governo daquele país.

Recordando que o Brasil vem respeitando escrupulosamente a proibição de venda de armas para a África do Sul,

Recordando, ainda, que o Brasil vem seguindo uma política de restringir todos os contatos esportivos, culturais e artísticos com a África do Sul,

Tendo em vista o agravamento da situação na África do Sul e a violenta repressão desencadeada pelo governo daquele país contra as reivindicações legítimas da população negra sul-africana, que vêm merecendo a severa condenação da opinião pública nacional e internacional,

Considerando, por conseguinte, a conveniência de consolidar em um único instrumento legal as decisões políticas e as medidas administrativas tomadas pelo governo brasileiro com relação à aplicação de sanções mandatárias ou voluntárias contra a África do Sul,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam proibidas quaisquer atividades que caracterizem intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com a África do Sul.

Art. 2º - Fica proibida a exportação de petróleo e combustíveis derivados para a África do Sul e para o território da Namíbia ilegalmente ocupado.

Art. 3º - É proibido o fornecimento à África do Sul de armas e material correlato de qualquer tipo, inclusive a venda ou transferência de armas e munições, veículos e equipamentos militares, equipamento policial paramilitar, bem como peças de reposição para quaisquer dos produtos acima citados.

Art. 4º - É igualmente proibido o fornecimento à África do Sul de equipamento, material, licença e patentes para a fabricação e manutenção dos

produtos mencionados no art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - São proibidos em todo o território nacional, inclusive espaço aéreo e mar territorial, o trânsito e o transbordo, a qualquer título e sob quaisquer condições, dos equipamentos e materiais mencionados nos artigos 3º e 4º deste Decreto, se destinados à África do Sul ou ao território da Namíbia ilegalmente ocupado.

Parágrafo único. A violação do disposto neste artigo acarretará a apreensão e o confisco dos referidos bens.

Art. 6º - Os Ministérios e demais órgãos competentes da Administração Pública tomarão as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de agosto de 1985;

164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Fernando Lyra

Henrique Sabóia

Olavo Setúbal

Leônidas Pires Gonçalves

Francisco Neves Dornelles

Marco Maciel

Octávio Júlio Moreira Lima

Roberto Gusmão

Aureliano Chaves

Aluísio Pimenta

Renato Archer

Anexo 5: Telex do ComAfrica para Sarney

TELEGRAMA CONFIAVELIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	0511451+ 0811.2039 611451PRDFC BR 2123044XPRJ BR EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA DR. JOSE SARNEY PALACIO DO PLANALTO 70.000 - BRASILIA. - DF	TELEGRAMA FONADO E COMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
ECT	EM NOME DOS DEMOCRATAS BRASILEIROS E DOS DEMOCRATAS SUL-AFRICANOS RESIDENTES NO BRASIL QUE INTRANSIGENTEMENTE TRABALHAM PARA QUE O BRASIL SE ALINHE NA COOPERACAO COM A LINHA DE FRENTE CONTRA O APAR- THEID E O COLONIALISMO NA AFRICA AUSTRAL, SAUDAMOS V. EXA. PELA INICIATIVA DE PROIBIR ATRAVES DE DECRETO A VENDA DE ARMAS, PETROLEO E DERIVADOS A REPUBLICA DA AFRICA DO SUL, BEM COMO DE QUALQUER ATIVIDADES QUE CARACTERIZEM INTERCAMBIO CULTURAL, ARTISTICO OU DESPORTIVO COM AQUELE PAIS.	ECT
TELEGRAMA CONFIAVELIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	LEMBRAMOS V. EXA. DAS RESPONSABILIDADES DA NACAO BRASILEIRA QUANTO A PRESERVACAO DA PAZ E SEGURANCA NO ATLANTICO SUL: SOMENTE UMA AFRICA DO SUL LIVRE DO COLONIALISMO E DO APARTHEID PODERA SER UM PAIS AMIGO DO BRASIL, PARCEIRO EM COMERCIO E NA COOPERACAO ECONOMICA, TECNICA E CIENTIFICA. O POVO SUL-AFRICANO LUTA PELA LIBERDADE, LIDERADO POR SEU MOVIMENTO DE LIBERTACAO NACIONAL, O AFRICAN NATIONAL CONGRESS, FUNDADO EM 1912 E QUE E A MAIS ANTIGA ALIANCA DE DEMOCRATICA DO CONTINENTE AFRICANO, DA QUAL FAZEM PARTE TODAS AS RACAS QUE O APARTHEID PRETENDE SEPARAR. O ANC E RECONHECIDO PELAS ORGANIZA- COES INTERNACIONAIS DE CARATER UNIVERSAL E PELA ORGANIZACAO DA UNIDA- DE AFRICANA, POSSUINDO REPRESENTACOES OFICIAIS EM INumeros PAISES EM TODOS OS CONTINENTES. MARCO DA LUTA DE LIBERTACAO NACIONAL E DO CA- RATER DEMOCRATICO DESTES MOVIMENTO E A CARTA DA LIBERDADE ADOTADA POR REPRESENTANTES DO POVO SUL-AFRICANO NO CONGRESSO DO POVO EM KLIPTOWN EM 1955, CUJO TEXTO ENVIAREMOS A V. EXA. POR CORREIO SEPARADO. CUTOSSIM, SENHOR PRESIDENTE, DEVEMOS RECHACAR AS DECLARACOES DO EMBAIXADOR DO APARTHEID NO BRASIL QUANDO QUALIFICOU AS SANCOES APLICADAS ATRAVES DO DECRETO DE VOSSA EXCELENCIA COMO "FUTEBIS". TAIS DECLARACOES OFENDEM A DIGNIDADE NACIONAL, RESGATADA PELA NOVA REPUBLICA ATRAVES DESTAS PRIMEIRAS SANCOES CONTRA OS PERPETRANTES DO CRIME CONTRA A HUMANIDADE QUE E O APARTHEID. O REGIME REPRESENTADO PELO SR. VAN ZYL EM BRASILIA, E UM FANTOCHE DE INTERESSES RACISTAS EM ESCALA TRANSNACIONAL E POR ISSO MESMO OUSOU OFENDER A DIGNIDADE COM QUE VOSSA EXCELENCIA NUMA DECISAO SOBERANA SOUBE APROXIMAR O BRASIL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL, SOLIDARIZANDO-SE COM A VITIMAS DO APARTHEID.	TELEGRAMA FONADO E COMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
ECT		ECT
TELEGRAMA CONFIAVELIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	COMO BRASILEIROS DEMOCRATAS PLEITEAMOS A VOSSA EXCELENCIA E AO EXCE- LENTISSIMO MINISTRO DAS RELACOES EXTERIORES BEM COMO AS INSTANCIAS GORVENAMENTAIS COMPETENTES QUE EXAMINEM COM URGENCIA O RECONHECIMENTO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTACAO NACIONAL DA AFRICA DO SUL E DA NAMIBIA E O IMEDIATO ROMPIMENTO DE RELACOES DIPLOMATICAS COM O REGIME DO APARTHEID. OS SUL-AFRICANOS DEMOCRATAS RESIDENTES NA GENEROSA TERRA BRASILEIRA, CUJO POVO OS ACOLHEU, ESTAO CONSCIOS DE QUE A ATENCAO A ESTA URGENCIA GARANTIRA A NACAO BRASILEIRA UMA FRUTUOSA COOPERACAO PARA A PAZ E O DESENVOLVIMENTO NO ATLANTICO SUL, TANTO COM A NAMIBIA INDEPENDENTE COMO COM A AFRICA DO SUL DEMOCRATICA QUE EMERGE DA LUTA DE LIBERTACAO NACIONAL SOB A LIDERANCA DO AFRICAN NATIONAL CONGRESS..	TELEGRAMA FONADO E COMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
ECT	RESPEITOSAMENTE	ECT
102Z E OSICAO	DR. SALOMON BLAJBERG, BRASILEIRO, CIENTISTA, POLITICO, DIRETOR DO INECOPI - INSTITUTO DE ESTUDOS PARA A COOPERACAO INTERNACIONAL	ECT

Anexo 6: Moção da Assembléia Legislativa

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

MOÇÃO

PROPONHO à Mesa Diretora, nos termos do regimento interno, que seja consignada em Ata Moção de Congratulação e Solidariedade com o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul - COMÁFRICA, pela luta que tem travado contra a escalada de violência patrocinada pelo regime racista da África do Sul, que atinge não apenas lideranças e militantes do Congresso Nacional Africano no exílio mas, também a aqueles que lutam pacificamente contra o regime do apartheid no interior da África do Sul. Encaro com estranheza a política do governo brasileiro que, ao tempo em que comemora o centenário da Abolição, não só tolera como até mesmo compactua com os interesses que sustentam o odioso regime racista da África do Sul e a ocupação ilegal da Namíbia.

Nesse sentido, endosso as exigências expressas pelo Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia - COMÁFRICA em mensagem encaminhada ao Exmº Sr. Presidente da República e ao Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, como segue:

- a atitude do governo brasileiro tolerando e até compactuando com a presença dos beneficiários do apartheid em nosso país e praticando uma solidariedade apenas verbal e eventual com as vítimas do apartheid e da ocupação ilegal na Namíbia seja corrigida;
- sejam rompidas as relações com o regime ilegítimo da África do Sul e reconhecidos os movimentos de libertação nacional ANC e SWAPO;
- que seja suspenso o tráfico aéreo e marítimo entre

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

MOÇÃO

- a África do Sul e Brasil até que seja eliminado o regime de apartheid;
- que seja suspenso o tráfego marítimo entre a Namíbia e o Brasil até que as Nações Unidas possam substituir o ocupante do regime aparteista e efetuar a transição para a independência;
 - que se carregue todo apoio político, técnico e econômico possível ao ANC para a eliminação do apartheid e à SWAPO para a independência da Namíbia.



Sala das Sessões, em 7 de abril de 1988.

Fernando Lopes

Deputado FERNANDO LOPES

Anexo 7: Telex do INESC para Thabo Mbeki e Nelson Mandela

Mr. Thabo Mbeki
 Department of International Affairs
 African National Congress
 PO Box 31791
 Lusaka
 ZAMBIA

Copy

Brasilia, 25 September 1989

Dear Comrade Mbeki,

CONTACT WITH PROGRESSIVE BRAZILIAN ASSOCIATIONS.

Since August 1989 I live in Brazil where I am lecturing at the University of Brasília (UnB) about social, economic and political transformations in Africa. At the same time I participate in the activities of a progressive Brazilian lobby-institute: the INESC (Institute of Social and Economic Studies) which plans to counteract the baleful propaganda-work of South Africa in Brazil.

As you probably will know, South Africa is very active in Brazil: Anglo American chose Brazil for her overseas expansion and possesses at the moment over 50,000 km² land in the Amazonas area. Via Chili South Africa seems to import Brazilian arms and VARIG (like KLM in Holland) has an air link with South Africa. The well-staffed South African Embassy is the main source of information about the developments in South Africa and it pursues a very active publicity campaign with her journals, films and videos all made widely available and free of charge. South Africa also broadcasts to Brazil in the Portuguese language. The ANC doesn't have an official representation in the capital Brasilia and her publications are still completely unknown here.

The INESC and some other organizations (as ABRA, see the letter included) try to change this. They condemn the apartheid system as illegitimate and support the struggle of the ANC-led liberation alliance. They try to find ways to keep the people of Brazil better informed. The INESC translated the Draft "Constitutional Guidelines for a Democratic South Africa" into Portuguese and recently Mr. Wilson Gomes de Almeida and friends launched a "Facts & Reports"-like publication: the "Cronologia da Africa Austral". The INESC plans a conference to brief journalists and Parliamentarians about the current developments in South Africa (the crisis situation, the issue of negotiation, the destruction of the apartheid regime and the measures Brazil can take to pressurize and isolate the Pretoria regime and to give more active support to the ANC).

2

Copy

The INESC and other related institutions (besides ABRA also many organizations of Brazilian Blacks) are aware of the ANC's programma of action in general, but they are very interested to know if the ANC has special recommendations or priorities for Brazil.

For example:

1) The ANC calls upon governments to assist in the establishment of ANC offices/missions in their countries. The General Coordinator of the INESC Mrs. Maria Jose JAIME is convinced that a sufficient number of MP's can be mobilized to induce the Brazilian Government to invite the ANC to establish an office with full diplomatic status. But before starting such lobby-activities the INESC would like to know if this point has your priority.

2) The INESC wanted to start working on the complete withdrawal of Brazilian and South African diplomatic representations in respectively South Africa and Brazil. However, the Brazilian minister of foreign affairs made a statement that he had talked it over with president D.R. Tambo during a visit to Southern Africa (at the end of 1986?) and that Mr Tambo has asked him not to rupture the diplomatic relations and to keep a Brazilian representation in South Africa, because it could fulfill a positive function. This statement has never been contradicted by the ANC, so none of the anti-apartheidsgroupings starts fighting for a rupture of these diplomatic relations and not even for the lowering of the status of the South African embassy (and vice versa), but they are convinced they could manage this.

Please Comerade Mbeki, send us as soon as possible information about these concrete points. Mr. Wilson Gomes de Almeida of ABRA asks you in his letter for more information about the realities of South African Agriculture: the forms of struggle in the rural areas and the ANC's viewpoint on agrarian reforms in the Post Apartheid period. Land reform is one of the most important political issues in Brazil and ABRA and INESC are both members of a broad front for agrarian reform in Brazil.

The INESC in Brasilia (or myself) receives the ANC Newsbriefings, Facts & Reports, Weekly Mail and the New Nation, but what lacks are more analytical and background articles about current developments in Southern Africa, written by ANC cadres. ABRA (in Sao Paulo, 1000 km from Brasilia) doesn't receive any of the above mentioned publications, but we try to share our information as much as possible.

We are inspired by the level of organisation and determination of the South African people and the way they confront the enemy. We wish you success with the struggle.

Greetings and "A luta continua !"

Klaas de Jonge

INESC

SCS, Q.8, Bl.B, no.50, 4o and.

Supercenter Venâncio 2000

CEP 70.333 Brasilia-DF, BRASIL

TELEX: 614837 IESE-BR

Mr. Nelson Mandela
African National Congress

Klaas de Jonge
c/o INESC
SCS, Q.8, Bl.B,no.50, 4o.andar
Supercenter Venancio 2000
CEP 70.333 Brasilia-DF
BRASIL
15 July 1990

Dear Comrade Nelson Mandela,

Brazilian newspapers mentioned that you plan to visit Brazil in September this year. Concerning your visit, I would like to draw your attention to the following points:

1.I write you on behalf of representatives of some of the more important movements of black Brazilians who are eager to meet you during your stay in Brazil (see their letters of 10-7 and 14-7-90 and the translations).

a) In their opinion - and I think they are right- September is not the best period to visit Brazil, because of the October elections. The danger exists that your visit will be used to strengthen the position of the actual rightwing government and the party of President Collor (PRN).

b) If possible the black organizations would appreciate it very much if you could send them a reply (via the INESC, a progressive Brazilian non-governmental organization) before your arrival to enable them to receive you in a proper way (manifestations and artistic shows in Brazil's main cities are planned by them).

2.Probably President Collor and his government will only allow them to meet you, if you ask for it explicitly.

In Brazil there is an institute for black affairs (Palmares Foundation), which is linked to the government, but it hardly represents the majority of Brazilian organized blacks.

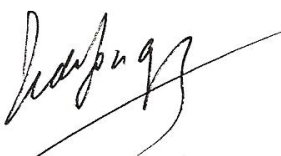
3.If possible, I would also like very much to meet you. I am a member of the Dutch anti-apartheid movement (AABN). I lived two years as a political refugee in the Dutch embassy in Pretoria (1985-87) after my escape from the South African police. At the moment I am lecturing (about transformations in Africa) at the

University of Brasília. At the same time I participate in anti-apartheid activities (especially informationwork to counteract the propaganda of South Africa in Brazil) and that is how I got to know the different Negromovements (especially in Brasília but also some in São Paulo and Rio de Janeiro) and black groups inside progressive parties like the PT (the workers party, where the leader is Lula) that take the fore-front of the struggle against racism and apartheid.

We are very much inspired by the recent developments in South Africa and the way the ANC and the mass democratic movements are confronting the new situation.

We hope to meet you soon. Greetings, and "a luta continua".

INESC, telex: 614837 IESE-BR
fax: (061) 226.8042
phone: (061) 226.8131/226.8093


Klaas de Jonge

Anexo 8: Telex do ComAfrica para candidatos Lula e Collor e carta aberta para a mídia

TELEGRAMA RÁPIDO E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	14/11/89 GA 1121418+ 1126.1956 1121418TXTP BR 2123044XPRJ BR PARA: EXMO.SR. LUIZ INACIO LULA DA SILVA CANDIDATO A PRESIDENCIA DA REPUBLICA TELEX: 1123966 TXTP OU 1121418 TXTP	TELEGRAMA FONADO E CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA RÁPIDO E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	DE: COMITE BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMIBIA-COMAFRICA. ENDEREÇO: RUA SENADOR DANTAS 75/2613PTE RIO-RJ. TELEFONE: (021)220-0781. ENDEREÇO TELEGRAFICO: COMAFRICA RIO DE JANEIRO/RJ. PARA TELEX ENVIAR A CABINE PUBLICA: 2123329XPRJB INDICANDO NOSSO ENDEKECO TELEGRAFICO E M TELEFONE. PARA FAX: (021) T521-9021 IDEM. DATA: 26 DE NOVEMBRO DE 1989. O COMAFRICA. ENTIDADE NAO-GOVERNAMENTAL SUPRA-PARTIDARIA, TENDO COMO FINALIDADE O TRABALHO PACIFICO DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMIBIA, NO SENTIDO DE MOBILIZAR A OPINIAO PUBLICA NACIONAL E INTERNACIONAL, ENTENDE POR SOLIDARIEDADE A ADESAO DO POVO BRASILEIRO A CAUSA DA ELIMINACAO DO APARTEID NA AFRICA DO SUL E DO COLONIALISMO NA NAMIBIA, ATRAVES DE MEDIDAS DE INICIATIVA POPULAR E/OU GOVERNAMENTAL CONTRA O GOVERNO APARTEISTA DA AFRICA DO SUL RECONHECENDO OS MOVIMENTOS DE LIBERTACAO NACIONAL E BUSCANDO A COOPERACAO DO POVO E GOVERNO BRASILEIROS COM ESTES.	TELEGRAMA FONADO E CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA RÁPIDO E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	POR SQUA ATIVIDADE NO ANO INTERNACIONAL DA PAZ(1986), UM ANO APOS SUA FUNDACAO EM 22.8.85, O COMAFRICA FOI DESIGNADO PELO SECRETARIO GERAL DA ONU COMO "MENSAGEIRO DA PAZ" JUNTAMENTE COM MAIS DE 300 ENTIDADES EM TODO O MUNDO, DEZ DELAS NO BRASIL.	TELEGRAMA FONADO E CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA RÁPIDO E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	COMO PATRIOTAS E INTERNACIONALISTAS, NOS REPUGNA A ATITUDE VERGONHOSA DOS GOVERNOS BRASILEIROS QUE MANIFESTAM APENAS SOLIDARIEDADE VERBAL COM AS VITIMAS DO APARTEID E DO COLONIALISMO POR UM LADO E POR OUTRO PERMITEM A MANUTENCAO DO APARTEID NAO SOH RECONHECENDO O ESTADO APARTEISTA, MAS TAMBEM ATRAVES DE CRESCENTE COMERCIO COM A AFRICA DO SUL E AUTORIZACAO DE LINHAS AEREAS QUE PERMITEM NO MOMENTO A UNICA CONEXAO DAQUELE PAIS COM TODO O CONTINENTE AMERICANO, NUMA EPOCA EM QUE A COMUNIDADE INTERNACIONAL CADA VEZ MAIS IMPOE SANCOES ABRANGENTES QUZE ISOLEM O REGIME DE PRETORIA.	TELEGRAMA FONADO E CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

	TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TAL ATITUDE EH UM ESTIMULO AQUELES QUE APOSTAM NO FOMENTO DO RACISMO NO BRASIL ET REFLETE A AMBIGUIDADE QUE TEM MARCADO AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS. UMA CONTRIBUICAO EFETIVA DO BRASIL PARA ELIMINAR O APARTHEID SERIA PORTANTO DAS MAIS DECISIVAS, E CONTARA COM O APOIO DOS MOVIMENTOS DEMOCRATICOS EM ABOS OS PAISES, PREPARANDO UM FUTURO DE FRUTUOSA COOPERACAO ENTRE NOSSOS POVOS. NESTA HORA EM QUE V.EXA E O CONJUNTO DE SEGMENTOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA QUE APOIA DISPUTAM O 2/0. TURNO DA ELEICAO PRESIDENCIAL O COMAFRICA LHE PERGUNTA: COMO V.EXA. PARA APLICAR O PRINCIPIO DO REPUDIO AO RACISMO NAS RELACOES INTERNACIONAIS DO BRASIL, INSCRITO NO ARTIGO 4/0. DA CONSTITUICAO FEDERAL, JA QUE O ATUAL PRESIDENTE DA REPUBLICA NAO ROMPEU RELACOES COM O ESTADO APARTEISTA DA AFRICA DO SUL E CONTINUA ACREDITANDO OS SEUS REPRESENTANTES DIPLOMATICOS EM NOSSO PAIS E PERMITINDO O SUPRACITADO INTERCAMBIO? GOSTARIAMOS QUE V.EXA. NOS TRANSMITISSE COM URGENCIA SEU POSICIONAMENTO A RESPEITO, POIS DESEJAMOS DAR AMPLA ----- DIVULGACAO AO MESMO JUNTO A IMPRENSA E AOS SETORES DA SOCIEDADE BRASILEIRA QUE VEM MANIFESTANDO APOIO A NOSSA CAUSA E SOLICITAMOS ABORDAR O ASSUNTO NO CURSO DO HORARIO GRATUITO DA PROPAGANDA ELEITORAL. CERTOS DE SUA ATENCAO A ESTA REIVINDICACAO, AGRADECEMOS-LHE POR ANTECIPACAO, SUBSCREVENDO-NOS RESPEITOSAMENTE, COMITE BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA AFRICA DO OSUL E NAMIBIA-COMAFRICA- DR. SALOMON BLAJBERG, PRESIDENTE	DO A A OIS.		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO		TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	-------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	GA 613382+ DER GA 613382+ 1126.2022 613382PRNEA BR 2123044XPRJ BR	13 min	ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	PARA: EXMO: SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO CANDIDATO A PRESIDENCIA DA REPUBLICA TELEX 613382		ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	DE: COMITE BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMIBIA-COMAFRICA. ENDEREÇO: RUA SENADOR DANTAS 75/2613PTE RIO-RJ. TELEFONE: (021)220-0781. ENDEREÇO TELEGRAFICO: COMAFRICA RIO DE JANEIRO/RJ. PARA TELEX ENVIAR A CABINE PUBLICA: 2123329XPRJB INDICANDO NOSSO ENDEREÇO TELEGRAFICO E TELEFONE. PARA FAX: (021) 521-9021 IDEM.		ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	DATA: 26 DE NOVEMBRO DE 1989.		ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	O COMAFRICA. ENTIDADE NAO-GOVERNAMENTAL SUPRA-PARTIDARIA, TENDO COMO FINALIDADE O TRABALHO PACIFICO DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DA AFRI- CA DO SUL E NAMIBIA, NO SENTIDO DE MOBILIZAR A OPINIAO PUBLICA NACIO- NAL E INTERNACIONAL, ENTENDE POR SOLIDARIEDADE A ADESAO DO POVO BRASILEIRO A CAUSA DA ELIMINACAO DO APARTHEID NA AFRICA DO SUL E DO COLONIALISMO NA NAMIBIA, ATRAVES DE MEDIDAS DE INICIATIVA POPULAR E/OU GOVERNAMENTAL CONTRA O GOVERNO APARTEISTA DA AFRICA DO SUL RECONHECENDO OS MOVIMENTOS DE LIBERTACAO NACIONAL E BUSCANDO A COOPERACAO DO POVO E GOVERNO BRASILEIROS COM ESTES.		ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	POR SE SUAATIVIDADE NO ANO INTERNACIONAL DA PAZ(1986), UM ANO APOS SUA FUNDACAO EM 22.8.85, O COMAFRICA FOI DESIGNADO PELO SECRETARIO GERAL DA ONU COMO "MESSAGEIRO DA PAZ" JUNTAMENTE COM MAIS DE 300 ENTIDADES EM TODO O MUNDO, DEZ DELAS NO BRASIL.		ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	COMO PATRIOTAS E INTERNACIONALISTAS, NOS REPUGNA A ATITUDE VERGO- NHOSA DOS GOVERNOS BRASILEIROS QUE MANIFESTAM APENAS SOLIDARIEDADE VERBAL COM AS VITIMAS DO APARTHEID E DO COLONIALISMO POR UM LADO E POR OUTRO PERMITEM A MANUTENCAO DO APARTHEID NAO SOH RECONHECENDO O ESTADO APARTEISTA, MAS TAMBEM ATRAVES DE CRESCENTE COMERCIO COM A AFRICA DO SUL E AUTORIZACAO DE LINHAS AEREAS QUE PERMITEM NO MOMENTO A UNICA CONEXAO DAQUELE PAIS COM TODO O CONTINENTE AMERICANO, NUMA EPOCA EM QUE A COMUNIDADE INTERNACIONAL CADA VEZ MAIS IMPOE SANCoes ABRANGENTES QUe ISOLEM O REGIME DE PRETORIA.		ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.
TELEGRAMA CONFIAVIDADE A	ECT	TAL ATITUDE EH UM ESTIMULO AQUELES QUE APOSTAM NO FOMENTO DO RACISMO NO BRASIL ET REFLETE A AMBIGUIDADE QUE TEM MARCADO AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS.		ECT	TELEGRAMA FONADO MODO. TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS.

TELEGRAMA CONFIAVELIDADE	TELEGRAMA FONADO COMO. TELEFONE PARA A QUE E PAGUE DEPOIS.
ECT	ECT
TELEGRAMA CONFIAVELIDADE A SUA RAPIDEZ E DISPOSIÇÃO	TELEGRAMA FONADO COMO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.
ECT	ECT
DEZ E DISPOSIÇÃO	ECT

UMA CONTRIBUICAO EFETIVA DO BRASIL PARA ELIMINAR O APARTHEID SERIA PORTANTO DAS MAIS DECISIVAS, E CONTARA COM O APOIO DOS MOVIMENTOS DEMOCRATICOS EM ABOS OS PAISES, PREPARANDO UM FUTURO DE FRUTUOSA COOPERACAO ENTRE NOSSOS POVOS.

NESTA HORA EM QUE V.EXA E O CONJUNTO DE SEGMENTOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA QUE APOIA DISPUTAM O 2/U. TURNO DA ELEICAO PRESIDENCIAL O COMAFRICA LHE PERGUNTA:

COMO V.EXA. FARA APLICAR O PRINCIPIO DO REPUDIO AO RACISMO NAS RELACOES INTERNACIONAIS DO BRASIL, INSCRITO NO ARTIGO 4/U. DA CONSTITUICAO FEDERAL, JA QUE O ATUAL PRESIDENTE DA REPUBLICA NAO ROMPEU RELACOES COM O ESTADO APARTEISTA DA AFRICA DO SUL E CONTINUA ACREDITANDO OS SEUS REPRESENTANTES DIPLOMATICOS EM NOSSO PAIS E PERMITINDO O SUPRACITADO INTERCAMBIO?

GOSTARIAMOS QUE V.EXA. NOS TRANSMITISSE COM URGENCIA SEU POSICIONAMENTO A RESPEITO, POIS DESEJAMOS DAR AMPLA ----- DIVULGACAO AO MESMO JUNTO A IMPRENSA E AOS SETORES DA SOCIEDADE BRASILEIRA QUE VEM MANIFESTANDO APOIO A NOSSA CAUSA E SOLICITAMOS ABORDAR O ASSUNTO NO CURSO DO HORARIO GRATUITO DA PROPAGANDA ELEITORAL.

CERTOS DE SUA ATENCAO A ESTA REIVINDICACAO, AGRADECEMOS-LHE POR ANTECIPACAO, SUBSCREVENDO-NOS RESPEITOSAMENTE,

COMITE BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS
DA AFRICA DO CSUL E NAMIBIA-COMAFRICA-
DR. SALOMON BLAJBERG, PRESIDENTE

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

ECT

TELEGRAMA

CONF

TELEGRAMA

CONF

Anexo 9: Paper do ANC convocando boicote cultural e acadêmico



POSITION PAPER ON THE CULTURAL AND ACADEMIC BOYCOTT *Adopted by the National Executive Committee of the African National Congress May 1989 — Lusaka*

1.1. The cultural and academic boycott were conceived as important aspects of the ANC's strategy for the total isolation of the racist minority regime. After intensive campaigns, conducted by our movement and people, with the support of the world's anti-apartheid forces, the UN and other international agencies, cultural, sporting, academic and other contacts between the international community and apartheid South Africa are today reduced to a bare minimum. These campaigns have already resulted in the exclusion of official South African sports teams from every world sport body; the virtual exclusion of South Africa from international entertainment circuits; the cutting off from international academic networks of South African academicians and scholars; and the stigmatisation of artists, cultural workers, sportspersons and academics who continue to foster links with apartheid South Africa.

1.2. The multi-pronged offensive of the democratic forces, inspired by the ANC, has resulted in the transfer of the initiative from the oppressor regime to the people. An important and dynamic dimension of this democratic offensive against the structures and institutions of apartheid colonialism is the sphere of culture — embracing the arts, other intellectual pursuits and sports. Cultural activity has won and already occupies an important position as an integral part of our overall strategy for national liberation and democracy.

Cultural workers, activists and artists have increasingly begun to assume their rightful role in the struggle for freedom and are actively assisting to mould, through their work, the values, ethos and mores of an emergent non-racial and democratic South Africa.

The application of the boycott has to take account of these new developments.

1.3. The culture of apartheid and colonialism is almost universally regarded as a tool of oppression, intended to maintain the oppressive status quo to imbue the oppressed with a sense of powerlessness and resignation, rather than the will to resist and assert their humanity.

In the process of struggle, the people of South Africa have evolved a democratic culture of liberation, which expresses their social and political aspirations. This culture, though distinctly South African, is infused with an internationalist, humanist spirit that draws upon the best of the cultural heritage of all the population groups of our country and that of the rest of humanity. It encompasses the artistic, intellectual and material aspects of culture.

In order to grow and develop this emergent culture of liberation needs to interact with, and be exposed to, the progressive intellectual and cultural currents in the rest of the world.

- 1.4. The poor educational, training, performing and other facilities which are uniformly imposed on all Black communities are a direct expression of the oppressive character of the apartheid regime. This inequitable access of the various communities to adequate facilities has led to actual inequalities of performance between Black and White.

As a consequence of this established pattern of White privilege maintained at the expense of Black disadvantage, all the major means of cultural production and reproduction are owned and controlled by a tiny élite, drawn exclusively from the White community. This includes printing presses, publishing houses, film, video and sound studios, art galleries, sports facilities and other outlets for cultural expression.

Black artists in particular have as a result been victims of the most extreme forms of cultural exploitation and degradation, including the vulgarisation and debasement of authentic indigenous art and cultural forms.

- 1.5. The apartheid regime has for decades sought to impose the most stringent and repressive controls on the print and electronic media in South Africa. The minority regime's statute books are replete with a plethora of laws empowering the regime to suppress and proscribe the dissemination of accurate information in and about South Africa.

Beginning with the so-called 'Hostility Clause' in the Native Administration Act of 1927, the regime has employed its wide-ranging powers to suppress several newspapers, journals, magazines and other publications. In terms of the Undesirable Publications Act it has also restricted and controlled the inflow of information and cultural artefacts from outside South Africa.

The suppression and circumscription of the press and other media is an important weapon in the arsenal of the oppressor regime which it wields to consolidate its power vis-à-vis the oppressed and exploited majority.

- 1.6. Inspired by the example of the other organised formations of our people, the various artistic disciplines have begun to organise themselves into collectives in order to fight, together with other sectors of our society, to secure their economic, political and other aspirations as cultural workers.

The pioneers in this field have been the writers and musicians, whose organised bodies already play a not insignificant role in the Mass Democratic Movement.

This trend towards organisation must be strengthened and built upon as the cultural workers' first line of defence against potential and actual exploiters and as a means of enhancing the artists' contribution to the national democratic struggle.

- 2.1. The Cultural and Academic Boycott of Apartheid South Africa (i.e. those bodies, institutions, cultural workers and their product that promote, defend and give aid and comfort to the system of White minority domination) must consistently and continuously be strengthened as part of our overall strategy

for the isolation of the Apartheid regime.

No cultural workers, artists, sportspersons or academics should be permitted to travel to South Africa to perform or to impart their services and expertise, save and except in those instances where such travel is clearly in furtherance of the national democratic struggle or any of its objectives.

- 2.2. Democratic and anti-racist South African artists, cultural workers, sportspersons and academics — individually or collectively — who seek to perform, work or participate in activities outside South Africa should be permitted to do so without fear of ostracism or boycott.

It would greatly facilitate matters if the Mass Democratic Movement (MDM) created credible structures for consultation inside South Africa to vet such travel. The National Liberation and Democratic Movement should also be timeously informed of such plans so as to enable it to offer advice and assistance where necessary.

- 2.3. The current effort to create broad non-racial governing bodies in every major sports discipline has become an important new arena of struggle of the forces of national liberation and democracy. It deserves the support and assistance of the international community if it is to realise its potential.
- 2.4. It is the task of the forces of national liberation to promote and project the liberatory cultural values evolved by our people in and through their struggle. The national liberation movement should foster these democratic values and assist the exponents of this democratic culture to establish contact with democratic cultural workers in other parts of the world.
- 2.5. The National Liberation Movement (NLM) and the MDM must internationalise the campaign to defend the democratic media and journalists in South Africa. The flow of regular and accurate information about events in South Africa is a weighty factor in mobilising international opinion against apartheid and in support of our struggle.

The NLM and all other democratic forces have a duty to assist the fledgling alternative media inside the country by ensuring that the international solidarity movement, NGOs and international agencies offer financial, technical and other forms of assistance.

- 2.6. The suppression and circumscription of the inflow of information, cultural products and artefacts from outside South Africa is an important weapon in the arsenal of the oppressor regime, which it wields to consolidate its power vis-à-vis the oppressed and exploited majority. The NLM and the MDM support the inflow of progressive cultural products, artefacts and ideas into our country so that these become readily accessible to the widest sections of our people. We support and encourage the dissemination of all cultural products, artefacts and ideas that enhance the struggle for democracy and promote democratic, humanist values as opposed to the oppressive, retrograde values and misanthropic ideals. This applies to books, newspapers, journals, magazines, video, film and sound recordings manufactured and produced outside South Africa.
- 2.7. The organisation and mobilisation, on a continuing basis, of the various artistic disciplines, sports codes and academics into the fold of the Mass Democratic Movement and into a co-operative relationship with the National Liberation Movement remains a priority task.

Anexo 10: Telex do ComAfrica para Desmond Tutu

Page 01



**COMITÊ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE
AOS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMÍBIA**
- COMÁFRICA -
(Brazilian Committee of Solidarity with the Peoples of South Africa and Namibia-COMÁFRICA)

✉ Caixa Postal 4396
20.001-Rio de Janeiro-RJ
BRASIL

⚡ Endereço Telegráfico/
/Cable Address:
COMAFRICA
Rio de Janeiro

(021)220-0781
Internacional:55-21-2200781

☎
TELEFAX: (021)521-9021
Internacional:55-21-5219021

SEDE(Headquarters):Rua Senador Dantas 75/Sala 2613pte. Cinelândia,Rio de Janeiro-RJ,Brasil

CGC/MF: 29409725/0001-92 |||| Conta Corrente Nº 406.725-8 Agência Centro-Rio RJ BANCO DO BRASIL SA

Re:01.05 17th January 1990.

The Most Reverend Archbishop Desmond M. Tutu
Bishopscourt, Claremont 7700 - South Africa
Fax Nº:00-27-21-7614193

Your Grace,

As you are aware, mandatory sanctions against the Apartheid régime face great difficulties in Latin America, especially in Brazil. You well remember how difficult was to get the Brazilian Government to take this action, although there has been a Presidential Decree since 1985, which prohibits cultural and artistic exchange as well as weapons and oil export.

In Brazil and in South Africa ,survivors of the Portuguese colonialist élite have been active in building up the relations between Brazil and South Africa in the sectors envisaged by sanctions, despite the official pressures against them.

At the moment there is a manifested attempt by those circles to break the cultural boycott of Apartheid, thus preparing the way for political sympathy with the new Apartheid strategies of preserving white supremacy.

In this connection we are submitting to you the following case to be given immediate attention,and for action to be taken by all those concerned with the establishment of a democratic and non-racial South Africa.

The firm J.V.London Enterprises, whose main executive in SA appears to be a certain Mr. Carlos Paiva,together with the empresaria Fatima Jaime in Brazil, are promoting a show of a well-known Brazilian singer, Joanna, in the Arena of Ellis Park in Johannesburg on the coming 27th January.

This issue made news in Brazil, which we are faxing in the following pages. This we read as an attempt to bring into discredit the only anti-apartheid legislation which made provision to the cultural,sports and academic boycott, attempting to establish a linkage in a frivolous way of your name with their attempt.

In the clipping Nº 1 (on Page 04), news published in the Rio Daily "O GLOBO"(largest circulation in the country) on the 13th Jan. account that the empresaria Fátima Jaime told : "Joana will donate the full fee to Bishop Desmond Tutu, 1984 Nobel Peace Prize Laureate and demanded that 10 per cent of the proceeds of the show have the same destination".

.../2



**COMITÊ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE
AOS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMÍBIA
- COMÁFRICA -**

Page 02

(Brazilian Committee of Solidarity with the Peoples of South Africa and Namibia-COMÁFRICA)

✉ Caixa Postal 4396
20.001-Rio de Janeiro-RJ
BRASIL

⚡ Endereço Telegráfico/
/Cable Address:
COMAFRICA
Rio de Janeiro

☎ (021)220-0781
Internacional:55-21-2200781
TELEFAX: (021)521-9021
Internacional:55-21-5219021

SEDE(Headquarters):Rua Senador Dantas 75/Sala 2613pte. Cinelândia.Rio de Janeiro-RJ.Brasil

CGC/MF: 29409725/0001-92 |||| Conta Corrente Nº 406.725-8 Agência Centro-Rio RJ BANCO DO BRASIL SA

(contd.) -2- To The Most Reverend Archbishop Desmond M. Tutu . 17.1.90

-2-

In the same piece of news it is said that the Portuguese language press in South Africa celebrated the fact that the singer is "breaking the apartheid"(sic)... (boycott...); the same press says that the Presidential Decree is "an outrage to intelligence"(sic)...

It is to be noted, that in November, when the news had it, that the singer was supposed to go to SA, COMAFRICA as well as Congressman Carlos Alberto de Oliveira Cao and the speaker of the Foreign Ministry advised against it, upon which she announced to the press her desistance of the South African show.

We were surprised at first with the news of Saturday, but even more preoccupied with the following editorial in the same newspaper(see Clipping Nº 2 on Page04), dated 16th January, which we translate in full:

" Contradictions

Artistic exchange is forbidden by law. It was the form found by the Brazilian government to express its condemnation of racial discrimination as represented by Apartheid.

Now, the singer Joanna is prepared to perform there. This rouses two thoughts.

First, it is to be discussed whether the legal prohibition is still pertinent. Is it worth while giving South Africa the cold shoulder at a moment in which the Pretoria government makes the first steps - timid but concrete ones - in the direction of ending with the hateful apartheid policy? Second, how to condemn the decision of the singer, once she announces the donation of her full fee plus ten per cent of the proceeds of the show to the Bishop Desmond Tutu, the greatest opponent of racial segregation? "

It is obvious, that the artist herself is quite naïve about the political implications of such a show and of such news manufactured around the issue by the empresarios.

We would further like to refer you to the news issued in the Johannesburg Portuguese language paper O SÉCULO of 15th January "JOANA ESTÁ PARA CHEGAR"(Joanna is about to come). A fax follows on Page 05, although of poor quality. We quote:

"...However, the Brazilian authorities were informed that part of the proceeds of the show is destined at the Secretariat for Refugees of the South African Bishops Conference..."

"...In order to exert their influence on the Brazilian religious scene, so that no obstacles be created in the future artistic career of Joanna because of her going to South Africa in fulfillment of a contract with the Portuguese community, the Catholic Archbishop of Johannesburg D. Reginald Osmond and the Anglican Archbishop of Cape Town, Desmond Tutu (sic), who was already in Brazil as Nobel Peace Prize laureate were moved..."

.../3



**COMITÉ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE
AOS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMÍBIA
- COMÁFRICA -**

Page 03

(Brazilian Committee of Solidarity with the Peoples of South Africa and Namibia-COMÁFRICA)

✉ Caixa Postal 4396
20.001-Rio de Janeiro-RJ
BRASIL

⚡ Endereço Telegráfico/
/Cable Address:
COMAFRICA
Rio de Janeiro

☎ (021)220-0781
Internacional:55-21-2200781
TELEFAX: (021)521-9021
Internacional:55-21-5219021

SEDE(Headquarters):Rua Senador Dantas 75/Sala 2613pte. Cinelândia.Rio de Janeiro-RJ.Brasil

CGC/MF: 29409725/0001-92 ||| Conta Corrente Nº 405.725-8 Agência Centro-Rio RJ BANCO DO BRASIL SA

(contd.) -3- To the Most Reverend Archbishop Desmond M. Tutu. 17.1.90 -3-

We would like to point out that in this article of O SECULO there are incorrections, such as alluding that the supporters of cultural boycott to Apartheid SA are now not objecting to Joanna's trip.

COMAFRICA would also like to call your attention to the political-cultural implications of this trip of Joanna in as far as it contributes towards consolidation of ethnical exclusivism of this Portuguese Community in South Africa, in that O SECULO deals with the issue as though the whole business does not concern South Africa and only Portuguese settlers in Brazil and in South Africa...!!! It is there quoted that the presidents of the biggest Portuguese Football Clubs will be present at the show...

As the Archbishop knows anti-apartheid work in Brazil is real up-hill work, so that we would appreciate it if you could give this matter immediate attention.

If this matter still has to be cleared on the SA end, we would appreciate it if you could keep us informed in order that we could continue properly dealing with the matter on this side.

If the information disseminated by the empresarios are blatant untruths, we request you urgently, in the name of the high esteem in which you and the South African struggle against apartheid is held in Brazil, to issue a statement, directing it to us as well as to the newspaper O GLOBO and to the newspaper JORNAL DO BRASIL (this paper has been covering extensively the issue).

Telex or fax addresses are:

- 1) O GLOBO. Attn. Dr. Roberto Marinho, Editor-in-Chief. telex (21)22595.
- 2) JORNAL DO BRASIL. Attn. Editor do Caderno B. Fax: (21)5854428.

For any contacts, besides the phone and fax quoted in our letterhead, you may also telex to the United Nations Information Centre of Rio de Janeiro messages: for COMAFRICA. Telex 21-21047 CINU BR. Phone calls may also be made to the home phone of Dr. Salomon Blajberg and Dr. Jennifer Dunjwa Blajberg (21) 205-1501.

We would like to use this opportunity to manifest our great excitement with the advances of people's struggle in South Africa against apartheid, which will eventually bring this regime to its end.

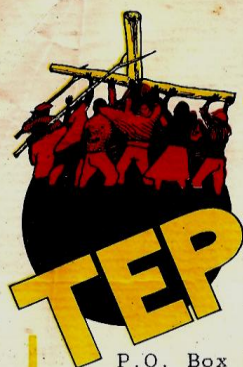
Accept our respectful wishes and regards,

Solidarily yours,

João Henrique dos Santos
PROF. JOÃO HENRIQUE DOS SANTOS
Secretary

Salomon Blajberg
DR. SALOMON BLAJBERG
President

Anexo 11: Agradecimento do TEP ao ComAfrica



Theology Exchange Programme

2nd Floor Melofin Centre Old Klipfontein Road Athlone
Cape Town 7764 South Africa Tel. (021) 6968347/50
Fax. 6968349

13/08/90

P.O. Box 1228
CEP 20.001 Rio de Janeiro
RJ-Brazil

Dear Dr. Salamon and Jeniffer Blajberg,

Greetings! It has been three months since last we saw you. We were the two South Africans you hosted for a couple of hours prior to our departure for home. If you remeber, we met the interesting young scantily dressed young Black women at the airport. I had hoped to write you earlier but my work commitments did not allow me. I trust this letter finds you well.

I would like to take this opportunity in thanking you for hosting Leslie and I during our very last leg of our stay in Rio. I have managed to develop the photographs which I took during my stay in South America. I must say that when I look at them, they bring back the fondest of memories. The South American trip provided us with an understanding of some of the real and essential tasks confronting both our contexts in working for a new and authentic international social order.

Here at home, the political situation is still very fluid. The ANC has just concluded their second formal across the table discussions with the ruling racist regime. I think the path has been cleared for serious negotiations to take place in the new year. For its part, the ANC has agreed to a ceasefire so as to allow the "talk about talks" to succeed. The chief-of-staff of the ANC's liberation army noted that this decision does not mean that the armed struggle has been strapped altogether, but that all combatants are now asked to remain in their trenches until further notice. Ironically, this does not mean that there has been a cessation of violence in the country. We are still quite concerned about the increasing attacks that the progressive front is being subjected to by right wing elements, both black and white groupings. Oh the problem is too complex to outline herein.

I do hope that I am afforded the opportunity to meet you again. Be assured of our continued prayer and support for you. Do stay well and if you find some time, write me. Once again thanks for your hospifality.

Yours sincerely,

I. Hop.

Anexo 12: Carta do ComAfrica para a SWAPO.

PAGE 2



COMÁFRICA

**COMITÊ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE
AOS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMÍBIA**

- COMÁFRICA -

(Brazilian Committee of Solidarity with the Peoples of South Africa and Namibia-COMÁFRICA)

✉ Caixa Postal 4396
20.001-Rio de Janeiro-RJ
BRASIL

⚡ Endereço Telegráfico/
/Cable Address:
COMAFRICA
Rio de Janeiro

TELEFONE: (021) 220-0781
Internacional: 55-21-2200781

TELEFAX: (021) 521-9021
Internacional: 55-21-5219021

SEDE (Headquarters): Rua Senador Dantas 75/Sala 2613pte. Cinelândia, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

CGC/MF: 29409725/0001-92 || Conta Corrente Nº 406.725-8 Agência Centro-Rio RJ BANCO DO BRASIL SA

Rio de Janeiro, October 31st, 1989.

South West Africa Peoples Organization
Att.: Cde. Hage Geigob

c/o United Nations Institute for Namibia
Telefax nº 00-260-1222661 -LUSAKA /ZAMBIA

Dear Comrades:

Our Solidarity Committee wishes hereby to express the hope and conviction that SWAPO will emerge victorious from the elections for the Constitutional Assembly taking place as from tomorrow in Namibia, and that the Namibian people under the leadership of SWAPO will find more fertile ground for further co-existence and co-operation across the Atlantic with the people of Brazil.

As you are aware, in Brazil at the moment the people are preeparing for the first Presidential Elections by universal franchise in 29 years, to be held on the 15th November. These elections which most probably will require a 2nd round between the two most voted candidates, to be held on the 15th December, prevent us from being present as observers in Namibia at this time in order to participate in the international presence for helping to secure fair elections in your country.

We nevertheless are working through information and petitioning to the Presidential Candidates in Brazil for the sake of the improvement of Brazilian Foreign Policy in the fields of Anti-apartheid Struggle and Cooperation with other Developing Countries and look forward that an independent Namibia under the leadership of SWAPO shall find more active support from the future Brazilian Government.

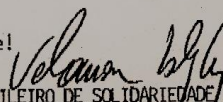
Several organizations join Comafrica in these wishes, and we are enclosing at the request of the AFRO-BRAZILIAN GROUP ALAAFIN-AIYÉ a message to SWAPO. This organization, which is a cultural one, is preparing an homage to the struggle of the Namibian people under the leadership of SWAPO, to be featured in one of the parades in the famous Carnival of Rio de Janeiro, next February.

Again, reaffirming our hope and conviction that

A LUTA CONTINUA! A VITORIA É CERTA!

We remain,

Yours in struggle!


 COMITÊ BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS
 DA AFRICA DO SUL E NAMÍBIA-COMÁFRICA
 Dr. Salomon Blajberg, President

Anexo 13: Discurso de Abdias do Nascimento na Conferencia Internacional do ANC

**COMITE BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE
AOS POVOS DA AFRICA DO SUL E NAMIBIA**

- COMÁFRICA -

7 (Brazilian Committee of Solidarity with the Peoples of South Africa and Namibia-COMÁFRICA)

✉ Caixa Postal 4396
20.001-Rio de Janeiro-RJ
BRASIL

⚡ Endereço Telegráfico/
/Cable Address:
COMAFRICA
Rio de Janeiro

☎ (021)220-0781
Internacional:55-21-2200781
TELEFAX: (021)521-9021
Internacional:55-21-5219021

SEDE(Headquarters):Rua Senador Dantas 75/Sala 2613pte. Cinelândia.Rio de Janeiro-RJ.Brasil

CGC/NF: 29409725/0001-92|||Conta Corrente Nº 406.725-8 Agência Centro-Rio RJ BANCO DO BRASIL SA

STATEMENT OF THE DELEGATE OF THE BRAZILIAN COMMITTEE OF
SOLIDARITY WITH THE PEOPLES OF SOUTH AFRICA AND NAMIBIA-COMAFRICA
PROFESSOR ABDIAS DO NASCIMENTO
TO THE AFRICAN NATIONAL CONGRESS CONFERENCE
DURBAN 6th JULY 1991.

Comrade Chairperson, Comrade President of the African National
Congress, Comrade National Chairman, Comrades and Friends of
South Africa and of the World in Solidarity with the ANC.

Comrade President Nelson Mandela has in the Opening Address
warned us of the double face of the apartheid regime.

Africans in Brazil are aware of this double face - we have been
forced to live together with it during almost 500 years, and
this means that we are not yet full citizens of the country we
have built.

As a matter of fact, since long time I have been affirming that
racism in Brazil is the most perverse that mankind had been
witnessing, exactly because of this double face.

If, on the one hand, in our country, the ruling classes affirm
that everybody has the same rights and all are equal, practice
contradicts such ideology, and manifests that a majority of
African origin is absent at the levels of power and decision
-making.

Notwithstanding the fact that Brazil is in South America, I would
like to emphasize, that we rank as the nation with the second
largest African population after Nigeria. However, an eurocentric
and racist elite holds to the monopoly of power while subtly
usurping the human and civil rights of this majority, a majority
which does the hard work at the lower levels of the Brazilian
society.

However, neither do we subject ourselves to that Brazilian soft
apartheid oppression nor do we wish the people of South Africa
to have the bad luck of going from a hard apartheid situation
to a soft apartheid one. Together we shall struggle against the
ideology and practice of the so-called "racial democracy". That
kind of soft apartheid we struggle against in Brazil.

Whenever the Brazilian people could raise the voice, ,
irrespective of race, colour, political, religious or
philosophical beliefs, in order to put together efforts against
apartheid in Africa, we did it fully aware of the fact that this
system represents an incentive to the Brazilian racists.

On the other hand, our people always aimed at reinforcing the
international solidarity links and actual support to the people
victimized by apartheid.

In this direction, one of the banners of our struggle against
apartheid, towards affirmation of our international solidarity
and in the struggle of the Black Movement against racism in Brazil,
had been the demand that the Brazilian Government recognizes the

ANC .

Almost four decades ago, our historical process of struggle led me to organize the first demonstration against the apartheid South African regime in Brazil in front of the Legation of the Pretoria regime in Rio de Janeiro.

For myself it is a very touching moment, an extremely gratifying one, to have the honour of being present at this Conference representing the Brazilian Committee of Solidarity with the Peoples of South Africa and Namibia - COMAFRICA. Our name, COMAFRICA, means in Portuguese "WITH AFRICA" and this is the commitment of the Brazilian people to solidarity against apartheid.

The people of Brazil recognize in the ANC the example of a real people's movement, in contact with the masses, since he responds to their needs and had led millions of people in South Africa to action in order to destruct apartheid and towards the building of a true new South Africa: a just , democratic, non-racial, non-sexits and unitary country.

Presently the Brazilian people is mobilizing throughout in order to give Nelson Mandela and the African National Congress a fraternal welcome.

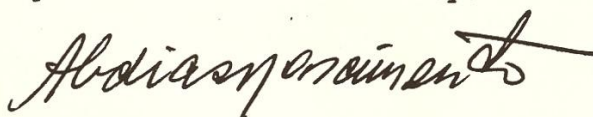
The Brazilian government has for the first time invited the ANC to visit Brazil, the people, however, have already brought the ANC to Brazil several times, during the past decade.

We hope that the relations between our peoples become more and more intense, since in our common struggle against soft apartheid, we have a lot to share.

We greet you comrades and friends in our language. We know that for you this battle cry is a part of our common history:

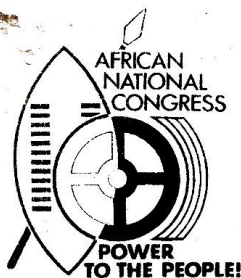
A LUTA CONTINUA !

A VITORIA E CERTA!



Thank you!

Anexo 14: Agradecimento do ANC ao IURI

**AFRICAN NATIONAL CONGRESS**

National Scholarship Committee
P/B Mazimbu, Morogoro, Tanzania
 Telephone: Morogoro 2257 Telex: 55042 SOMAC TZ

December 30, 1986

Dr. Salomon Blajberg,
 Director,
 Institutos Unificados De Relaciones Internacionales,
 Rua Senador Dantas,
 75 Conjunto 1901
 Cx Postal 1228
 CEP 20. 000 Rio De Janeiro
 RJ Brazil.

Dear Dr. Blajberg,

Thank you very much for your letter of 30 November, 1986 regarding Ben Ratle's training in English/ Portuguese/ English Translation. We are very grateful and welcome the offer to extend his training for another three months. The National Scholarship Committee hereby recommend that he be given an opportunity to further his training for three months as advised in your letter.

We noted with delight the offer by your institutions to continue the on-the-job training programme for our cadres. It will help us greatly, if you can provide us with more information regarding:

- 1 The number of places/ offers available for ANC cadres.
- 2 The duration and commencement date of the course.
- 3 The minimum work experience/ academic qualifications.
- 4 The mode of application/ whether specific forms are to be filled.

With kindest regards.

Anexo 15: Telex do Cônsul da África do Sul para o ComAfrica

Caixa Postal 21182
20110 RIO DE JANEIRO
Telex: (021) 21554 CGAS BR
Telegraphic Address: LEGSA
Telephone: 266-6246
5426191



South African Consulate General
Suid-Afrikaanse Konsulaat-Generaal
Consulado Geral da África do Sul
Rua Voluntários da Pátria, 45, 9.º andar
22270 RIO DE JANEIRO
Rua Lauro Müller 110, 8/1105-1109
22299 RIO DE JANEIRO

2 de fevereiro de 1990

Ilmo Senhor
Solomon Blajberg
Presidente
COMÁFRICA
Nesta

Prezado Senhor,

Nos últimos poucos meses, o meu país tem passado por um processo de reformas fundamentais e de longo alcance, almejando erradicar os remanescentes do "apartheid" e estabelecer um governo democrático e realmente representativo da população da África do Sul.

Outro degrau neste caminho desafiante tem sido as reformas anunciadas hoje mais cedo pelo Presidente de Klerk, em seu discurso inaugural do Parlamento em Capetown. Em vista destas circunstâncias, foge a minha compreensão o propósito de demonstrações que procuram isolar a África do Sul, frequentemente agravando a situação dos menos privilegiados naquele país.

A solução definitiva, obviamente, não se encontra somente nestas medidas, mas elas certamente representam um avanço seguro em direção a um futuro verdadeiramente democrático. Se houver interesse de sua parte, posso lhe fornecer uma cópia do discurso em questão. Um sumário dos aspectos principais do mesmo está sendo anexado.

Atenciosamente,

P/J WOLVAARDT
Consul Geral

PONTOS DE DESTAQUE NO DISCURSO DO PRESIDENTE SUL AFRICANO
F.W. DE KLERK EM 02 DE FEVEREIRO DE 1990.

1. Certas recomendações concernentes a pena de morte estão sendo estudadas pelo governo. Até que o Parlamento tenha assumido uma decisão definitiva não haverá nenhuma execução. Todas as sentenças estão suspensas. Nenhuma execução ocorreu desde o dia 14 de novembro de 1989.
2. O "Separate Amenities Act" de 1953 será abolido durante a presente sessão do Parlamento.
3. Não mais serão proscritos:
ANC - Congresso Nacional Africano
PAC - Congresso Pan Africano
e
SACP - Partido Comunista Sul Africa
4. Os prisioneiros que cumprem pena somente por terem pertencido a alguma destas organizações serão identificados e soltos. Não muda a situação dos que foram condenados por outras ofensas tais como assassinato, terrorismo ou assalto.
5. Estão sendo totalmente abolidas as medidas de emergência referentes a mídia e a educação.
6. Em termos das leis de emergência são dissolvidas as restrições referentes a 33 organizações. Estas incluem as seguintes:
 - South African Students Congress (Congresso de Estudantes Sul Africanos)
 - United Democratic Front (UDF) (Frente Democrática Unida)
 - COSATU
 - Die Blanke Bevrydingsbeweging van Suid Afrika

7. São agora rescindidas as restrições que, em termos das leis de segurança, foram impostas a 374 pessoas quando libertadas. As normas que permitiam tais restrições são abolidas.

8. O período de detenção em termos das leis de segurança e doravante limitado a seis meses. Aos detidos e permitido sua própria escolha de representação judicial e assistência médica.

(Estas medidas passam a vigorar imediatamente, e, onde for necessário, serão colocados avisos no "Government Gazette" [Diário Oficial] do dia de amanhã 03 de fevereiro de 1990).

9. E intenção do Governo Sul Africano terminar com o Estado de Emergência completamente tão logo as circunstâncias o permitam. o Presidente De Klerk, por enquanto, esta sendo informado que a situação de emergência ainda existe - principalmente na provincia de Natal. Isto resulta dos conflitos pelo poder politico que ocorrem no pais.

10. O Governo Sul Africano assumiu a firme resolução de libertar Nelson Mandela incondicionalmente e a data desta soltura sera logo estabelecida. Infelizmente este pequeno lapso de tempo e inevitavel. Isto se deve a certos fatores, entre os quais pesam sua segurança e situação pessoal. Ha bastante tempo, que o Sr. Mandela não e um prisioneiro comum, por isso o seu caso requer cuidados e precauções especiais.

11. Concluindo:

- O Governo Sul Africano deseja conversar com todos os líderes que buscam a paz.
- O fato das organizações em questão não mais serem proscritas, faz com que todos possam seguir livremente suas linhas politicas.
- As justificativas sempre apontadas para o uso da violência não existem mais.

Anexo 16: Carta do ANC agradecendo o ComAfrica



African National Congress

Department of International Affairs

P.O. Box 31791, Lusaka, Zambia. Telephone 211764 Telex 45390

04/08/89

Dr Solomon Blajberg
President of COMAFRICA
Caixa Postal 4396
20001 Rio de Janeiro - RJ
Brazil

Dear Comrade,

The Department of International Affairs of the African National Congress presents its compliments to COMAFRICA and has the honour to reply to your letter dated July 11th, 1989, Ref. 01.04/01.05.

The African National Congress immensely appreciates the political importance of South American region and of Brazil in particular and we would like the region to play its rightful role in the struggle against apartheid colonialism in South Africa.

We take pride in, and appreciate the important work that COMAFRICA has been doing against apartheid and in particular the campaign for the unconditional release of the people's leader, Comrade Nelson Mandela and all other political prisoners.

Your continuing efforts to expose the evils of apartheid and to link them up with local issues in the region is also appreciated by us because this is the only way to reach out to the grass roots.

The African National Congress is most thankful for your well considered invitation to establish a permanent presence of the ANC in the region particularly in Brazil with the help of COMAFRICA. This will be done with the understanding that as the situation becomes conducive this will be developed to formal representation to Brazil itself. Comrade Jennifer who had the opportunity to have extensive discussions with us and who also stayed with comrades here.

Comrades, the African National Congress looks forward to a fruitful and closer relationship with COMAFRICA and the whole of the Anti-Apartheid Movement in Brazil.

We take this opportunity to assure you and all our friends that we will continue to carry out our struggle for the total eradication of the obnoxious apartheid system as soon as possible and to create in its stead a Unitary, Non-racial Democratic South Africa.

The African National Congress takes this opportunity to assure you of its high esteem.

Yours sincerely,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Neo Mnumzana', with a stylized flourish extending to the right.

Neo Mnumzana
ADMINISTRATIVE SECRETARY
African National Congress (ANC)